



Confira!

Agenda de Eventos | página 47

Sindicatos | página 42

Projeto

Fenavist Negócios

página 20

Entrevista
Dra. Silvana Helena,
Diretora-Executiva
da Polícia Federal
página 12

**SINDESP-CE chega aos
30 anos como um exemplo
para todo o segmento de
segurança privada**
página 24

**Ministério do Trabalho atende
à demanda da segurança
privada e altera a classificação
brasileira de ocupação**
página 29

**Três anos no vermelho: Desde
janeiro de 2015, a segurança
privada perdeu 75 mil postos
de trabalho**
página 32

EMPRESÁRIO

Saiba o que é, como funciona e quais são os **benefícios que sua empresa pode ter** com o **Benefício Social Familiar** previsto na Convenção Coletiva de Trabalho do segmento.

Algumas entidades já usufruem destes benefícios no segmento de **Vigilância**.

O novo Benefício Social Familiar está mais abrangente, moderno e ágil, saiba porque:

Este inovador modelo de atendimento social e apoio, há mais de 20 anos vem evitando de imediato que a família fique desamparada por falta de recursos financeiros e alimentares, o que poderia gerar um problema social e agora traz benefícios também para as empresas e entidades.

Os benefícios são definidos e disponibilizados pelas entidades a seus trabalhadores e empresas dos mais variados segmentos em todo o Brasil.

O Benefício Social Familiar se modernizou e hoje apresenta benefícios com o objetivo de reduzir custos, agilizar a gestão e aglutinar forças para que todos sejam beneficiados, melhorando o relacionamento entre entidades sindicais, empresas e trabalhadores.

Além dos benefícios para os trabalhadores, confira abaixo alguns benefícios para as empresas:



Faça a leitura do QR Code com seu celular para ir direto ao vídeo



Assista nosso vídeo institucional
beneficiosocial.com.br/saiba-o-que-e

▶ YouTube:



Conheça os benefícios
beneficiosocial.com.br/saiba-o-que-e

▶ YouTube:

UNIÃO PARA VENCER A CRISE



Pelo terceiro ano consecutivo, a diferença entre contratações e demissões na segurança privada terminou no vermelho. Para 2018, mesmo com alguns sinais de que a economia pode voltar a crescer de forma mais aquecida, precisamos ter os pés no chão. Não podemos pensar de forma imediatista. Precisamos de visão de longo prazo, tomar decisões que não signifiquem um alívio passageiro, mas um remédio eficaz contra a crise.

O Estatuto da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) é cristalino ao definir a missão da entidade: cabe à Fenavist “Assegurar às atividades de segurança privada melhores condições para gerar resultados positivos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade”.

Em um momento de crise, essa missão se torna ainda mais importante. Nesse contexto, a Federação tem aprimorado, expandido e fortalecido o Projeto Fenavist Negócios nos últimos anos. Individualmente nossas empresas são fortes, mas unidas são quase imbatíveis.

Responsável por representar mais de 2.500 empresas e os sindicatos que atuam em favor da atividade em todas as unidades da Federação, a Fenavist consegue negociar produtos e serviços essenciais para as empresas de segurança privada com preço, qualidade e custo operacional extremamente vantajosos. E o que é melhor, qualquer empresa, independentemente do faturamento, número de funcionários ou região do País tem acesso a iguais condições e valores.

Ao aderir ao Projeto Fenavist Negócios, você tem uma grande oportunidade de reduzir os custos operacionais da sua empresa, além de proporcionar produtos e serviços de alta qualidade para os trabalhadores, que, no setor de serviços, são imprescindíveis. Você também contribuirá para o fortalecimento da atividade e autossuficiência dos sindicatos e da Federação.

Nossa união é o caminho para vencer os obstáculos, é o que fará da segurança privada um segmento ainda mais forte.

Essa união será necessária também para atuarmos perante os senadores de cada estado, de maneira que eles compreendam a importância da aprovação do Estatuto da Segurança Privada. O projeto está lá, na marca do pênalti, pronto para ser votado. Só nosso trabalho de convencimento e capacidade de expor todos os benefícios que a nova legislação trará para o País serão capazes de fazer com que aprove essa matéria.

Assim, peço que todos arregacem as mangas e nos ajudem no trabalho no Congresso Nacional. Não podemos mais esperar! Chegou a hora de elevarmos a segurança privada a um outro nível.

Conto com todos.

Jeferson Furlan Nazário
Presidente Nacional da Fenavist



Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente Nacional

João Eliezer Palhuca

Vice-Presidentes

Adriano Macedo da Fonseca, Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Augusto Farias, Autair Iuga, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Denilson Colodetti Pinheiro, Dilmo Wanderley Berger, Domingos Alcântara Gomes, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto, Francisco de Assis Veras Fortes, Francisco Lopes, Frederico Carlos Crim Câmara, Halano Soares Cunha, Irenaldo Pereira Lima, Ivaldo Vicente Naves, Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcamini, Jerfferson Simões, Jose Adir Loiola, José Evaldo Vieira, José Jacobson Neto, José Pacheco Ferreira, José Rossini Araújo Braulino, Joseph Ribamar Madeira, Leonardo Ottoni Vieira, Leonardo Vieira, Leslie Castelo de Vasconcelos, Luiz Alfonso Fregulia, Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio, Odair de Jesus Conceição, Paulo Sérgio Macedo, Renato Fortuna Campos, Ricardo Roland Rocha, Salmen Kamal Ghazale, Sidney Tinoco, Urubatan Estevam Romero, Victor Saeta de Aguiar, Waldemar Pellegrino Junior, Wanderley Aranha.

Vice-Presidentes Adjuntos

Aldair Neves Pinto Junior, Alessandro Abrahão Netto de Jesus, Amauri de Oliveira Soares, André Luis Costa Machado, Antonio Laete Cabral Filho, Antônio Vasco Pereira Filho, Ari Luis Favero Dal Bem, Avelino Lombardi, Danilo Medeiros Braulino, Eliete Carius Lins e Silva, Elson Batista Ramos, Flávio Sandrini Baptista, Frederico Muniz Junqueira de Almeida, Jefferson Marques de Quadros, João Batista Diniz Junior, João Bosco Suzano Giantaglia, João José Andrade de Almeida, Jonivaldo de Oliveira Moreira, José Caetano Rodrigues Horta, José Elcino Rodrigues Bueno, José Helder de Souza Andrade, José Luiz Marques Rodrigues, Jose Nivaldo Campos Vieira, Leonardo Cavalcanti Prudente, Marco Antônio Alegre da Costa, Marcos Felix Loureiro, Marcus Vinicius Castro Nascimento, Mario Giannini Baptista de Oliveira, Mauro Freire de Carvalho Oliveira, Patrocínio Valverde de Moraes Neto, Paulo Cesar Baltazar Viana, Raimundo Nonato Caldeira da Silva, Ricardo Kuerten Dutra, Ricardo Tadeu Corrêa, Ruben Schechter, Silvio Renato Medeiros Pires, Willian Benfica Silva.

Vice-Presidentes Regionais

Ângelo Roberto Jacomini, Carlos Eduardo Escobal, Lauro Santana Silva, Paulo Renato Pacheco, Renê Rodrigues de Mendonça Filho, Alberto Minazzoli (adjunto), Cesar Marques de Carvalho (adjunto), Francisco de Assis Bezerra da Fonseca (adjunto), Jerri Bertoni Macedo (adjunto), Nilva Aparecida Lopes Jacomini (adjunta).

Conselho Fiscal

Lélio Vieira Carneiro, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Sandro Mauricio Smaniotto, Ivan Zanardo, Vivaldi Pereira Rodrigues.

Delegados Representantes

José Adir Loiola, Lélio Vieira Carneiro, Odair de Jesus Conceição, Urubatan Estevam Romero.

Conselheiros Sesc/Senac

Jose Adir Loiola, Lélio Vieira Carneiro, Leonardo Ottoni Vieira, Jacymar Daffini Dalcamini.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões, Odair Conceição.

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

REVISÃO

Fátima Loppi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lígia Uchôa

Fotografias

Centro de Documentação - CEDOC | Fenavist

GRÁFICA

Athalaia

TIRAGEM

5.500 exemplares
Distribuição Nacional e Pontos Internacionais

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.
ascom@fenavist.org.br
55 61 3327-5440

Fenavist

Ed Prime - SBS Qd 2 - Lote 15 - Bl. E - 16º andar
Salas 1.601/1.602 | CEP: 70070-120
Brasília - DF - Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

06 Cadastramento de grandes empresas no eSocial teve início em março

07 Artigo: e-SOCIAL: muito além da folha de pagamento

08 Fenavist estará na 21ª edição da EXPOSEC

10 Artigo: Entenda o cenário mundial da segurança cibernética segundo o The Global Risks Report 2018

12 Entrevista com a diretora-executiva da Polícia Federal, Silvana Helena Vieira Borges

16 Artigo: Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem

18 Troféu Solidariedade destaca ações sociais em SC

20 Capa: Projeto Fenavist Negócios - você não pode perder essa oportunidade

24 Sindesp-CE chega aos 30 anos como um exemplo para todo o segmento de segurança privada

28 Senado aprova projeto que endurece pena para explosão de caixas eletrônicos

29 Ministério do Trabalho atende à demanda da segurança privada e altera a Classificação Brasileira de Ocupação

30 Artigo: O grande desafio da segurança patrimonial e do transporte de valores é se reinventar

32 Três anos no Vermelho

33 Fórum da Segurança Privada se reúne pela primeira vez em 2018

34 Artigo: Sociedade Organizada

36 ICAEPS passa por reformulação e ampliará suas atividades em SC

37 De 2012 a 2017, Previdência Social gastou mais de R\$ 26 bi com acidentados de Trabalho

38 Coluna Fenavist

40 Segurança Inteligente

41 Informação Segura

42 Coluna Sindicatos

45 Sindicatos

46 Coluna Gente

47 Agenda

CADASTRAMENTO DE GRANDES EMPRESAS NO eSocial TEVE INÍCIO EM MARÇO

Nessa etapa, empresas com faturamento anual superior a R\$78 milhões já precisam incluir no sistema dados referentes aos trabalhadores

No dia primeiro de março, começou a segunda fase de implantação do eSocial, destinada a empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões. Nessa fase, os grandes empregadores já devem incluir no sistema informações sobre os trabalhadores e seus vínculos com as empresas, como admissões, afastamentos e demissões, por exemplo.

Essa segunda fase integra a etapa inicial de implantação do eSocial destinada aos grandes empregadores do País. Ao todo, estão incluídas nesse primeiro grande grupo mais de 14,4 mil empresas e 15 milhões de trabalhadores. A primeira etapa foi dividida em cinco fases, distribuída entre os meses de janeiro, março, maio e julho deste ano e janeiro de 2019, nas quais as grandes empresas do País deverão gradativamente incluir suas informações no eSocial.

Os grandes empregadores deverão enviar os dados dos trabalhadores nos prazos definidos para cada evento, no Manual de Orientação do eSocial, disponível no portal do programa (<http://portal.esocial.gov.br/manuais/mos-manual-de-orientacao-do-esocial-vs-2-4.pdf>).

É importante destacar que os empregadores que não observarem os prazos para o envio de cada ciclo de informações não conseguirão incluir os dados dos novos ciclos, já que as etapas iniciais são pré-requisitos para inclusão das informações nas fases seguintes. Além disso, as empresas que não observarem os prazos ficarão sujeitas a penalidades e multas.

O Comitê Gestor do eSocial destaca que depois de concluir a primeira fase em que os dados cadastrais dos empregadores já povoam a base do eSocial, foi iniciada uma etapa fundamental para o projeto,



já que, a partir de agora, o eSocial passa, de fato, a contar com os vínculos trabalhistas na base de dados. “Hoje, nós estamos nesta fase de construção deste grande sistema, mas quando tivermos a base completa, entraremos na fase de desoneração em que dispensaremos o setor empresarial de diversas obrigações que hoje são exigidas desse público. O ganho de produtividade para o país será imenso”, enfatiza.

Próximas etapas

A partir do próximo mês de julho, o eSocial dá início à segunda etapa de implantação do programa destinada a todos os demais empregadores privados do País, incluindo micros e pequenas empresas e MEIs. Para esse segundo grupo, o processo de incorporação ao programa também se dará de forma escalonada entre os meses de julho, setembro e novembro de 2018 e janeiro de 2019. Já para os empregadores públicos, o processo de implantação ao eSocial começa em janeiro de 2019 e segue até o mês de julho do ano que vem.

Quando totalmente em operação, o eSocial representará a substituição de até 15 prestações de informações ao governo – como GFIP, RAIS, CAGED e DIRF – por apenas uma, reduzindo, na prática, custos, processos e o tempo gastos hoje pelo setor produtivo com o cumprimento de obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias com o poder público.

(Fonte: Secretaria de Previdência)



e-SOCIAL: MUITO ALÉM DA FOLHA DE PAGAMENTO

Agora é para valer. Na verdade, quem faturou mais de 78 milhões de reais já iniciou a entrega dos dados cadastrais dos empregados no mês de janeiro de 2018, a fim de atender ao banco de dados da Caixa Econômica Federal na gestão do FGTS. Os demais empregadores terão que apresentar esses mesmos dados a partir de 1º de julho, ainda que estejam aguardando orientações específicas para microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, incluindo ainda o segurado especial e o pequeno produtor rural pessoa física.

Algumas ações por parte dos empresários, no entanto, são necessárias.

O e-Social será utilizado para a transmissão de dados que vai além do cadastro de empregados, alcançando questões previdenciárias e fiscais. Dessa forma, a extinção de obrigações acessórias está prevista, que são: Livro de Registro de Empregado, Folha de Pagamento, Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), Arquivos Eletrônicos Entregues à Fiscalização (MANAD), Termo de Rescisão e Formulários do Seguro Desemprego, Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Enfim, estaremos “trocando” diversas obrigações acessórias mensais e anuais por uma única obrigação mensal.

Uma mudança importante e da qual o empresário deve participar ativamente é a reestruturação da

comunicação entre os setores. Além das informações cadastrais, há informações sobre controle do pessoal que vão além da frequência e assiduidade, como a entrega de atestados médicos e controle de horário e turnos de trabalho, por exemplo, além de informações fiscais e trabalhistas como controle de processos judiciais trabalhistas e a contribuição sindical patronal. A própria contratação de profissionais autônomos e alterações contratuais do capital social também deverão ser informadas.

Outra ação específica trata dos investimentos em tecnologia. O sistema e-Social não é “baixado” para instalação em equipamento da empresa, ele está “na nuvem”, ou seja, é um programa “on line”, não residente. Assim, há necessidade de reforçar a estrutura de comunicação com uma banda larga maior e uma política de senha, pois a responsabilidade pela inserção dos dados não deve ser compartilhada a um número significativo de colaboradores.

E não nos esqueçamos da necessidade de aprimoramento dos controles sobre Saúde e Segurança do Trabalho. Essa obrigação entra em vigor seis meses após as datas anteriormente informadas e, geralmente, as empresas de “soft house” desenvolveram programas para geração da Folha de Pagamento e as consequências em vigor; assim, devem manter contato com o fornecedor de seu serviço e confirmar a liberação desse módulo.

ADRIANO DE ANDRADE MARROCOS
Contador da Fenavist – CRCDF 8.867

FENAVIST ESTARÁ NA 21ª EDIÇÃO DA EXPOSEC

Em parceria com o SESVESP, Federação terá estande em um dos principais eventos de segurança privada do mundo

Consolidada como uma das principais feiras internacionais de segurança da América latina, a EXPOSEC chega à 21ª edição. Organizada pela Cipa Feira Milano, em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (ABESE), o evento apresentará entre os dias 22 e 24 de maio, em São Paulo, atualizações de produtos e serviços nos segmentos de Segurança Eletrônica, Privada, Pessoal, Pública, Patrimonial e Empresarial.

A EXPOSEC apresenta palestras, lançamentos e demonstrações dos mais modernos produtos e tecnologias para o setor de segurança com os principais players da indústria.

A feira conta com mais de 800 expositores e reúne profissionais e especialistas do setor com uma programação totalmente ampla e aberta ao público, o qual terá a oportunidade de interagir com os fabricantes, criando um ambiente totalmente propício à geração de novos negócios e parcerias.

Realizada em conjunto com a EnerSolar + Brasil – Feira Internacional de Tecnologias para Energia Solar, a EXPOSEC deve atrair cerca de 54 mil visitantes na edição deste ano.

Além dos estandes com produtos e serviços, a EXPOSEC também conta com uma série de congressos e palestras para capacitação de quem lida com a segurança privada.

Estande da Fenavist

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) repetirão a parceria dos últimos anos durante a 21ª edição da EXPOSEC. Como nas últimas feiras, as duas entidades terão um estande no evento.

O estande Fenavist/SESVESP já é uma tradição. O local, sempre instalado em um local estratégico da feira, é o ponto de encontro da segurança privada. Representantes das empresas, dos sindicatos e entidades parceiras, além de contratantes, aproveitam o espaço para descansar, trocar informações, fechar negócios e conhecer um pouco mais sobre as duas entidades.

Saiba mais

21ª EXPOSEC – Feira Internacional de Segurança – www.exposec.com.br

Horário: das 13h às 20h.

Data: 22 a 24 de maio de 2018.

Local: São Paulo Expo Exhibition & Convention Center.

Endereço: Rodovia dos Imigrantes, KM 1,5 – Água Funda, São Paulo-SP.



Edição de 2018 deve receber cerca de 50 mil visitantes

Integrando **PESSOAS** e **TECNOLOGIA**
para um **MUNDO** mais **SEGURO**



Antecipe seu
CRENCIAMENTO

 exposec.com.br

 [exposecbrasil](https://www.facebook.com/exposecbrasil)

 [feirainternacionaldeseguranca](https://www.instagram.com/feirainternacionaldeseguranca)



22-24
MAIO - 2018

13h às 20h - São Paulo Expo
SP - Brasil

Rede Internacional

Realização

Mídia Oficial

Local

Organização e Promoção

SICUREZZA
INTERNATIONAL SECURITY & FIRE EXHIBITION


ABESE
Associação Brasileira de Empresas de Segurança

SECURITY
BRASIL

SÃO PAULO EXPO
EXHIBITION & CONVENTION CENTER



CIPA FIERA MILANO

ENTENDA O CENÁRIO MUNDIAL DA SEGURANÇA CIBERFÍSICA SEGUNDO O THE GLOBAL RISKS REPORT 2018

** Texto extraído e adaptado do The Global Risks Report 2018 13th Edition, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial de Davos.*

Analizamos o relatório The Global Risks Report 2018, sob a ótica da segurança lógica e física, e ficou claro que os riscos de segurança cibernética estão crescendo, tanto em sua relevância como em seu potencial disruptivo. As infraestruturas críticas estão mais ameaçadas do que em anos anteriores. Os ataques contra as empresas quase duplicaram em cinco anos, e os incidentes, que uma vez foram considerados extraordinários, estão se tornando cada vez mais comuns. O impacto financeiro das violações da cibersegurança está aumentando, e alguns dos maiores custos em 2017 vieram de ataques com solicitação de resgate, que representaram 64% de todos os e-mails maliciosos. Exemplos notáveis incluíram o ataque WannaCry – que afetou 300 mil computadores em 150 países – e NotPetya, o que causou perdas trimestrais de US \$ 300 milhões para várias empresas afetadas. Outra tendência crescente é o uso de ataques cibernéticos às infraestruturas críticas e a setores industriais estratégicos, suscitando receios de que, no pior dos casos, os atacantes possam desencadear uma quebra nos sistemas que mantêm as sociedades funcionando (água, luz, comunicação, sistema financeiro, saúde, entre outros).

As capacidades cibernéticas ofensivas estão se desenvolvendo mais rapidamente do que a nossa capacidade de lidar com incidentes hostis. Isso cria uma névoa de incerteza em que possíveis erros de cálculo podem desencadear uma espiral de respostas de retaliação. Imagine que os sistemas críticos de infraestrutura de um país estão comprometidos por um ataque cibernético, levando a interrupção de serviços essenciais e perda de vidas – a pressão para retaliar seria construída rapidamente, potencialmente provocando uma reação em cadeia crescente. Se um ataque estiver se desenvolvendo

mais rapidamente do que os esforços do Estado para identificar o atacante, a retaliação pode ser mal direcionada, atraindo novos atores para um conflito maior.

Na guerra convencional, normas e protocolos acordados proporcionam previsibilidade e retardam o surgimento de crises. Se os governos acelerassem os esforços atuais para estabelecer regras básicas semelhantes para a guerra cibernética, isso ajudaria a prevenir conflitos eruptivos por engano. Conceitos já utilizados como transparência, proporcionalidade e não proliferação podem ser ajustados para fins cibernéticos. E talvez as classes de armas cibernéticas pudessem ser proibidas, da mesma forma que as armas biológicas e químicas foram.

Embora em anos anteriores os entrevistados tenham tendido a ser otimistas quanto aos riscos tecnológicos, este ano cresceram em relação aos ataques cibernéticos e às fraudes massivas de dados, aparecendo no topo da lista dos principais riscos globais.

Os custos financeiros dos ataques cibernéticos estão aumentando. Um estudo de 2017, com 254 empresas em 7 países, indicou um custo anual para responder a ataques cibernéticos em £ 11,7 milhões por empresa, um aumento anual de 27,4%. **O custo do cybercrime para as empresas ao longo dos próximos anos será de US \$ 8 trilhões.**

Um dos maiores custos em 2017 está ligado ao ransomware. Os ataques de ransomware representaram 64% de todos os e-mails maliciosos enviados entre julho e setembro do ano passado, afetando o dobro do número de empresas em comparação com 2016. Exemplos notáveis incluíram o ataque WannaCry, que afetou 300.000 computadores em 150 países, e Petya e NotPetya, que causaram gran-

des perdas corporativas: por exemplo, a Merck, a FedEx e a Maersk registraram perdas no terceiro trimestre de cerca de US \$ 300 milhões como resultado do NotPetya.

Além do custo financeiro, o ataque do WannaCry interrompeu a infraestrutura crítica e estratégica em todo o mundo, incluindo ministérios, ferrovias, bancos, provedores de telecomunicações, empresas de energia, fabricantes de automóveis e hospitais. Ele ilustrou uma tendência crescente de usar ataques cibernéticos às infraestruturas críticas e a setores estratégicos industriais, levando a receios de que, no pior dos casos, os atacantes possam desencadear uma quebra nos sistemas que mantêm as sociedades funcionando. Desde o ataque de 2015 à rede elétrica da Ucrânia – que desligou temporariamente 30 subestações, interrompendo o fornecimento de energia para 230 mil pessoas –, existem evidências de várias tentativas de atingir as infraestruturas críticas. Em 2016, por exemplo, um ataque na rede de mensagens SWIFT levou ao roubo de US \$ 81 milhões do banco central de Bangladesh. A Agência Europeia de Segurança da Aviação declarou que os sistemas de aviação estão sujeitos a uma média de 1.000 ataques por mês. No ano passado, houve relatos de tentativas de usar ataques de phishing contra empresas que operam usinas nucleares nos Estados Unidos.

A maioria dos ataques a sistemas críticos e estratégicos não obtiveram sucesso, mas a combinação de sucessos isolados com uma crescente lista de tentativas de ataques sugere que os riscos estão aumentando. Além disso, a crescente interconectividade e ritmo do mundo aumentam nossas vulnerabilidades a ataques que causam não apenas interrupções isoladas e temporárias, mas choques sistêmicos radicais e irreversíveis.

A humanidade tornou-se notavelmente eficiente em mitigar inúmeros riscos convencionais que podem ser facilmente isolados e gerenciados com abordagens padrão de gerenciamento de risco. Mas somos muito menos competentes quando se trata de lidar com riscos complexos em sistemas caracterizados por loops de feedback, pontos de

convergência e relações opacas de causa vs efeito que podem dificultar a intervenção.

Sociedades, ecossistemas, economias e o sistema financeiro global são exemplos de sistemas extremamente complexos e interligados. Pense em como a infraestrutura mundial, desde a geração de energia até as redes de transporte, é cada vez mais conectada digitalmente. Pense nas tensões entre nosso crescente quadro institucional global e o ritmo das mudanças no século XXI. Pense nos sistemas de valores éticos que moldam o comportamento dentro e entre os países e a imprevisibilidade que pode resultar caso ocorra uma reavaliação do que é aceitável e inaceitável.

Quando um risco cascadeia através de um sistema de extrema complexidade, o perigo não é apenas de dano incremental, mas de “colapso desenfreado” ou, alternativamente, uma transição para um novo status quo. Por exemplo, apesar de um colapso desenfreado do sistema financeiro global ter sido evitado há uma década, a crise financeira global desencadeou numerosas perturbações econômicas, sociais, políticas e geopolíticas. Muitas dessas perturbações ainda não são compreendidas em sua plenitude, mas elas moldam um “status quo” que, por sua vez, criará as próprias alterações e retrocessos nos próximos meses e anos.

À medida que o ritmo da mudança acelera, sinais de tensão são evidentes em muitos dos sistemas nos quais confiamos. Não podemos reduzir a possibilidade de um ou mais desses sistemas entrar em colapso. Assim como uma mola pode perder a capacidade de voltar ao seu formato original, o estresse repetido pode levar os sistemas – organizações, economias, sociedades, meio ambiente – a perderem a capacidade de resiliência. Se esgotarmos nossa capacidade de resiliência e permitirmos que nossos sistemas se tornem frágeis o suficiente para quebrar, será difícil estimar os danos e prever as perdas.

TÁCITO AUGUSTO SILVA LEITE, Autor do livro Gestão de Riscos na Segurança Patrimonial e do eBook Segurança Ciberfísica nas Empresas de Energia

IGOR PIPOLO, CEO da Núcleo e Master Dealer Brasil da Alarm.com



ENTREVISTA COM A
DIRETORA-EXECUTIVA
DA POLÍCIA FEDERAL,
**SILVANA HELENA
VIEIRA BORGES**

Formada em Direito pela Universidade Católica de Goiás, Silvana Helena Vieira Borges ingressou na Polícia Civil do estado, onde atuou como delegada de Polícia Civil no período de 1990 e 1995. Em 1995, passou a integrar os quadros do Departamento de Polícia Federal, no cargo de delegada.

Na PF, exerceu as funções de superintendente, de coordenadora-geral de Controle de Segurança Privada (atual Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produto), de coordenadora de Disciplina da Corregedoria-Geral, de coordenadora-geral de Planejamento de Modernização e de coordenadora-geral de Polícia de Imigração. Na Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, exerceu o cargo de diretora do Departamento de Migrações. Essas experiências a credenciaram para assumir Secretaria Nacional de Justiça, este ano, a função de diretora-executiva da Polícia Federal.

Nesta entrevista exclusiva, Silvana Helena conversa sobre a responsabilidade do cargo, a importância de uma mulher assumir essa função e segurança privada. Confira!

Como é chefiar uma das Diretorias de uma das organizações mais respeitadas no Brasil hoje?

Percebo, como diretora-executiva da Polícia Federal, haver uma responsabilidade muito grande, considerando a complexidade da função e a habilidade que se requer dos gestores no desempenho de seus papéis, na medida em que se faz necessário atuar com determinação para cumprir as atividades com resultados que sejam efetivos em resposta às demandas sociais e, ao mesmo tempo, gerir equipes que precisam estar preparadas, motivadas e alinhadas com as metas que a Instituição se propõe a atingir.

Nesse momento em que as mulheres têm ganhado cada vez mais destaque em cargos de comando, como foi para a senhora assumir o segundo cargo mais importante da Polícia Federal?

Assumir a Diretoria-Executiva da Polícia Federal gera satisfação por ser um reconhecimento profissional e tem significado relevante para mim, primeiramente, como cidadã, pela contribuição que posso dar à sociedade brasileira, como mulher, pois traduz um avanço rumo à democratização feminina no universo laboral, evidenciando, assim, que há uma evolução sociocultural no País.

A senhora exerceu a função de coordenadora-geral de Controle de Segurança Privada. Poderia nos falar sobre essa experiência?

Ter sido coordenadora-geral de Controle de Segurança Privada foi uma experiência gratificante, pois tive a oportunidade de aprofundar as ações entre a Polícia Federal e o segmento de segurança privada, visando não só fortalecer a atividade de controle e fiscalização, mas contribuir para a estruturação do segmento. Entre elas foram realizadas muitas ações na área de segurança privada, incluindo treinamentos de equipes policiais para aprimoramento do controle de segurança privada, ressaltando, também, o lançamento da importante Campanha Nacional de Combate à Segurança Clandestina, relevante no combate à criminalidade. Pude melhor conhecer a atividade, trabalhar em conjunto com o segmento em busca do aprimoramento, da regulação, da fiscalização e do controle de todas as ações em prol do interesse da sociedade.

Qual a visão que a senhora tem do segmento de segurança privada?

O segmento destaca-se como atividade complementar à de segurança pública, com reflexos para a economia e geração de empregos.

Na gestão da senhora à frente da CGCSP, foi lançada a Campanha Nacional de Combate à Segurança Clandestina. Como pretende atuar em relação a esse problema?

O serviço clandestino coloca em risco a vida ou o empreendimento do contratante, que não tem garantias de que o profissional contratado possui capacitação e bons antecedentes, além de terceiros que podem ser atingidos. Tendo em vista esta realidade, pretendo continuar promovendo a prevenção e o combate à segurança privada clandestina.

Tenho uma visão positiva do Estatuto da Segurança Privada, instrumento necessário para atualizar a legislação, viabilizar o uso de novas tecnologias, trazendo, inclusive, mecanismos de prevenção e repressão para que a Polícia Federal possa agir no combate à atividade clandestina.



Nos últimos anos, o diretor-executivo da Polícia Federal tem atuado diretamente na segurança privada, responsável por presidir as reuniões da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada. A senhora continuará desempenhando esse papel?

Sim, quero participar das reuniões da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada, bem como acompanhar as atividades de Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos afetas à segurança privada, pois esse acompanhamento me proporciona o conhecimento dos problemas e a interação com a equipe e o segmento, para juntos buscarmos a melhor solução.

Qual sua visão do Estatuto da Segurança Privada e da importância da aprovação dele para toda a sociedade?

Tenho uma visão positiva do Estatuto da Segurança Privada, instrumento necessário para atualizar a legislação, viabilizar o uso de novas tecnologias, trazendo, inclusive, mecanismos de prevenção e repressão para que a Polícia Federal possa agir no combate à atividade clandestina.

Como a senhora analisa a possibilidade de uma integração entre as seguranças pública e privada?

É importante que essa integração se aprimore, pois a segurança privada é complementar à segurança pública. Note-se que vigilância patrimonial, em muitos postos de serviços em estabelecimentos públicos e privados, além do transporte de valores, escolta e segurança pessoal, trazem enorme contribuição na prevenção de delitos e na prestação de informações, visando ao efetivo combate às ações criminosas, incrementando a segurança de toda a sociedade de uma forma mais abrangente.

A maior empresa de Escolta Armada do mundo é Brasileira, seja bem vindo à MACOR.



Sua segurança é nossa Missão!



Escolta Armada de cargas e Explosivos



Rastreamento Veicular



Segurança Patrimonial



Segurança Pessoal



Monitoria de Alarmes/CFTV

São Paulo (11) 3959-0111
Rio de Janeiro (21) 3351-3889
Santos (13) 3221-8399

Contagem (31) 3355-4157
M5 São Paulo (11) 3856-8551
Campinas (19) 3282-0202

www.macor.com.br



COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

É inquestionável que a Lei nº 13.467, de 11 de novembro de 2017, denominada Reforma Trabalhista, é uma ruptura de paradigmas, que incentiva as negociações voluntárias e afasta o excesso de intervencionismo estatal nas relações de emprego, observados os limites constitucionais.

Conforme se depreende dos novos artigos inseridos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a nova redação tem como parâmetro as Convenções nº 98 e nº 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que valorizam de maneira significativa as resoluções amigáveis de conflitos extrajudiciais, dentre elas, a conciliação, a mediação e a arbitragem.

Ressalta-se que, segundo Buitoni, mediação é uma forma de autocomposição dos conflitos, com o auxílio de um terceiro imparcial, que nada decide, mas apenas auxilia as partes na busca de uma solução.¹

Destaca-se ainda que a conciliação trata de um esforço entre as partes para a solução de conflitos, utilizando-se de um terceiro conciliador, de forma imparcial, que manifesta so-

luções, quando as partes não conseguem entrar em um consenso.

Por fim, a arbitragem subsiste em um processo em que as partes conflitantes atribuem poderes a terceiro (s), para decidir (em) por elas, ao ser (em) imparcial (is).

Outrossim, é importante esclarecer que, nos termos da legislação em questão, os acordos extrajudiciais, que devem ser realizados mediante assistência postulatória, isto é, por intermédio de advogados, podem ser homologados judicialmente, cujo termo de homologação é irrecorrível, assegurando, portanto, segurança jurídica às partes e celeridade na resolução do conflito.

Nesse sentido, é salutar destacar, também, que, nos moldes da Reforma Trabalhista, é devido o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais (artigo 791-A da CLT) e a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais incumbe à parte sucumbente, salvo se beneficiário da justiça gratuita (artigo 790-B da CLT). Consequentemente, a adesão às modalidades de resoluções de conflitos, também, afasta a possibilidade desses encargos.

Não bastasse isso, é oportuno salientar que, de acordo com a Reforma Trabalhista, a contribuição sindical tornou-se facultativa (artigo 582 da CLT), o que implica a redução de receitas das entidades sindicais.

Dessa maneira, entende-se que a implantação das Comissões de Conciliação, Mediação e Arbitragem nas convenções coletivas de trabalho – com composição paritária (representantes dos empregados e dos empregadores) – é uma excelente estratégia para que haja a solução de conflitos trabalhistas sem a intervenção da Justiça do Trabalho ou qualquer outro órgão público, bem como alternativa para a busca da sustentabilidade dos sindicatos envolvidos, observadas as regras estabelecidas nos artigos 625-A a 625-H da CLT e a Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000, que regulamenta as Comissões de Conciliação Prévia.

Enfatiza-se que, observadas as definições anteriormente assinaladas, é indubitável a possibilidade da acumulação das três modalidades de resoluções de conflitos em uma única comissão.

No que tange à possibilidade da mudança da Comissão de

1 BUITONI, Ademir. A ilusão do normativismo e a mediação. Revista do Advogado, São Paulo, n. 87, p.109/114, 2006.

Conciliação, Mediação e Arbitragem como estratégia de custeio, é importante destacar que a legislação não estabelecê-las contribuições compulsórias. Por sua vez, os signatários das Convenções Coletivas de Trabalho poderão estabelecê-las, assim como sua forma de organização e de funcionamento.

É imprescindível esclarecer que a criação das Comissões de Conciliação, Mediação e Arbitragem não viola a premissa constitucional de que “nenhuma lesão ou ameaça de direito está afastada da apreciação do Poder Judiciário” (artigo 5º, XXXV, CFRB). Pelo contrário, viabiliza que os acordos extrajudiciais firmados, caso seja de interesse das partes, também sejam homologados, posteriormente, pela Justiça do Trabalho, com maior celeridade e segurança jurídica.

Nesses termos, destaca-se que, reiteradamente, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) tem defendido e sugerido aos sindicatos filiados a inserção da criação de Comissões de Conciliação, Mediação e Arbitragem nas Convenções Coletivas de Trabalho da Vigilância, tendo como respaldo, também, o artigo 611-A da CLT, que estabelece que o negociado prevalece sobre o legislado.

Acrescenta-se, também, que a Reforma Trabalhista prevê a possibilidade da quitação anual das obrigações trabalhistas (artigo 507-B da CLT), podendo, inclusive, determinar que o

termo de quitação em questão seja firmado na Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem, concedendo maior segurança às partes.

Além do mais, sugere-se, ainda, que a convenção coletiva de trabalho estabeleça expressamente que todos os acordos coletivos sejam consolidados na Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem, mesmo porque, consoante se depreende da nova legislação, as condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho prevalecerão sobre as estipuladas em Convenção Coletiva de Trabalho (artigo 620 da CLT), o que inegavelmente pode gerar um grande risco para o setor, caso não haja a atuação pontual das entidades sindicais na defesa dos interesses da coletividade, isso porque os acordos coletivos podem repercutir, positiva ou negativamente, e direta ou indiretamente sobre todo o segmento.

Diante de todo o exposto, destaca-se que, verificada a importância das Comissões de Conciliação, Mediação e Arbitragem e a autonomia das entidades sindicais, essa Federação criou uma comissão técnica com o objetivo de apresentar uma proposta de “modelo” de comissão de resoluções de conflitos, a ser divulgada aos sindicatos filiados, a fim de tê-lo como parâmetro em suas definições, formas de organização e de funcionamento. Em breve, esse modelo dessa comissão será disponibilizado.

Por fim, reiteram-se a necessidade e a importância da implantação das Comissões de Conciliação, Mediação e Arbitragem como ferramenta de solução de conflitos, garantindo benefícios ao trabalhador, ao empregador e, inclusive, ao poder público, uma vez que pode implicar a redução de custos do Poder Judiciário e outros órgãos públicos, e, ainda, gerar custeio às entidades sindicais, com contribuição para o seu fortalecimento e a sua manutenção.

SORAYA CARDOSO SANTOS

Assessora Jurídica Interna da Fenavist

Referências bibliográficas

Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 5º, XXXV

Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio 1943 – Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)

Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017

Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000

BUITONI, Ademir. A ilusão do normativismo e a mediação. Revista do Advogado, São Paulo, n.º 87, p.109/114, 2006

<http://www.jbleopoldino.com.br/a-reforma-trabalhista-e-a-possibilidade-de-homologacao-de-acordo-extrajudicial/> Acessado em: 13 de março de 2018, às 10h30

http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4896. Acessado em: 1 de março de 2018, às 10h30



Empresa Radar dividiu o prêmio com duas entidades

TROFÉU SOLIDARIEDADE DESTACA AÇÕES SOCIAIS EM SC

Empresa Radar foi a grande vencedora da última edição do prêmio

Como auxiliar na transformação da sociedade em que vivemos? Com a missão de promover iniciativas sociais e propagar ações de grande relevância, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina (Sindesp-SC) e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados do Estado de Santa Catarina (Seac-SC) criaram o Troféu Solidariedade - Destaque Social, com o intuito de premiar as empresas responsáveis por projetos que têm algum retorno positivo para a sociedade catarinense.

“O Troféu é uma forma de os sindicatos premiar grandes iniciativas sociais. Nossas associadas têm trabalhos significativos em prol da sociedade e é um dever do Seac/Sindesp-SC valorizá-las e dar suporte para que mais projetos sejam implementados no estado”, destaca o presidente do Sindesp-SC, Dilmo Wanderley Berger.

A premiação entregue a cada dois anos durante o Encontro das Empresas Prestadoras de Serviço de Santa Catarina (Enpresc) tem como objetivo iden-

tificar, destacar e premiar os trabalhos sociais para a comunidade realizados pelas empresas. Todas as associadas aos dois sindicatos podem inscrever seu projeto inédito (não inscrito em edições anteriores) para concorrer ao Troféu. Os trabalhos são analisados por sete aspectos principais:

Inovação, ações originais, diferentes, principalmente, aquelas que se enquadram como ações de responsabilidade social; Impacto social, que transformações este projeto realizou?; Ineditismo, o quanto esta ação foi inédita na entidade, cidade ou região?; Continuidade do projeto, atividades que poderão ser multiplicadas pelos beneficiados posteriormente; Grau de mobilização dos voluntários, em relação aos colaboradores da empresa demonstrarem sua motivação e engajamento; Aplicação das competências pessoais e empresariais, o quanto possibilitou aos colaboradores empregar suas competências e expertises para realização do projeto; Forma de apresentação, pontuação maior aos que possuírem uma apresentação mais clara, objetiva e organizada do produto final.

Troféu Solidariedade 2017

A última edição do Troféu teve como vencedora a empresa Radar, de Criciúma. A companhia recebeu o Troféu Solidariedade - Destaque Social 2017 e uma premiação de R\$ 20.000,00 para serem investidos em novos projetos sociais. A noite de premiação foi realizada durante o 12º Enpresc, em Buenos Aires, encontro que reuniu mais de 100 participantes em solo argentino durante quatro dias de integração entre as organizações, diretoria e corpo técnico dos sindicatos.

O projeto desenvolvido pela Radar teve como foco as crianças com câncer da Casa Guido, em Criciúma. A instituição filantrópica oferece alimentação, medicamentos, doação de cestas básicas, ajuda financeira para o traslado ao hospital e a sua cidade de origem, entre outras coisas, e depende de ações voluntárias como a desenvolvida pela Radar para continuar o trabalho. São realizadas ainda atividades terapêuticas que fornecem orientação e educação sobre as patologias e seus cuidados, atividades lúdicas e acomodações adequadas, visando ao bem-estar holístico dos pacientes portadores de doenças onco-hematológicas.

“O Troféu Solidariedade 2017 foi um sucesso. Foram seis iniciativas concorrentes que melhoraram de forma significativa o ambiente no qual os projetos foram aplicados. A opção pela Radar se deu pela grande repercussão da iniciativa que levou esperança e alegria às crianças da Casa Guido”, parabeniza o presidente do Seac-SC, Avelino Lombardi.

O empresário José Altair, Back da Radar, recebeu o prêmio na capital argentina e dividiu o valor recebido, R\$ 20.000, para duas instituições de Criciúma. A Casa Guido e o Centro de Valorização da Vida (CVV), focado na prevenção de suicídios, foram beneficiados com a premiação que será utilizada para melhoria nas estruturas e ampliação das atividades.

“Nós, da Radar, estamos muito felizes em poder ajudar essas duas instituições que fazem um trabalho magnífico em nossa cidade. Queremos agradecer aos colaboradores que se empenharam para que o projeto fosse o vencedor, e agradecer muito ao Seac/Sindesp-SC pela oportunidade dada às empresas associadas de participarem com seus projetos, fazendo com que mais companhias




Empresa Radar foi a grande vencedora do Troféu Solidariedade 2017

desenvolvam ações para os que mais precisam”, completa o empresário José Altair Back.

Além do projeto premiado, os colaboradores das empresas Radar desenvolvem diversas ações focadas na sociedade local. São conscientizações em assuntos cotidianos que atingem grandes cidades em todo o País. Recentemente, a Radar, em parceria com a Polícia Militar de Santa Catarina, lançou a campanha “Preserve sua vida, diga não às drogas” com o intuito de alertar toda a população dos malefícios da compra e do uso de substâncias ilícitas.

Em 2017, a Radar buscou ainda, por meio da troca de conhecimentos e de palestras, conscientizar os colaboradores da necessidade de combate ao mosquito da dengue. Criciúma é um dos municípios constantemente ameaçados pelo transmissor do vírus e a Radar buscou de forma teórica e prática auxiliar na mudança do quadro. Os funcionários receberam aulas sobre o ciclo completo da dengue e o modo como combatê-lo, podendo assim multiplicar os conceitos para os clientes e toda a comunidade.

São pequenas e grandes atitudes como as estabelecidas pela Radar e outras associadas do Seac/Sindesp-SC que podem, de forma simples, transformar a sociedade e colaborar com o desenvolvimento dos grupos atingidos. O propósito do Troféu está justamente na propagação e valorização das iniciativas, fazendo com que novas companhias se envolvam em projetos sociais e fortaleçam essa corrente de ações positivas que aos poucos tornarão o Brasil um país com menos desigualdade e mais solidariedade.



PROJETO FENAVIST NEGÓCIOS: VOCÊ NÃO PODE PERDER ESSA OPORTUNIDADE

Parcerias negociadas pela Federação entram em uma nova fase e criam ainda mais possibilidades para que empresas se fortaleçam

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) tem como um dos principais objetivos promover o desenvolvimento da segurança privada de modo economicamente sustentável. Garantir o crescimento saudável do mercado nos próximos anos é fundamental para o segmento. Por isso, há mais de uma década, a Fenavist intensificou o trabalho para assegurar que as empresas possam melhorar a gestão administrativa dos seus negócios, além de oferecer melhores condições aos trabalhadores, uma vez que eles são o foco principal na prestação dos serviços de segurança.

É nesse contexto que nasceu o projeto Fenavist Negócios. Por atuar nacionalmente, a Federação consegue fechar parcerias que ofereçam as melhores vantagens às empresas de todo o País. Os benefícios são incalculáveis, como maior poder de negociação, redução de custos operacionais, produtos de melhor qualidade, garantia de cumprimento do contrato.

“As parcerias fortalecem a cadeia produtiva e ajudam a tornar os sindicatos e a federação autossuficientes. Esse fortalecimento é fundamental para o desenvolvimento das entidades de classe”

“Um dos princípios fundamentais do Projeto é que, para nós, todas as empresas são iguais, independentemente do tamanho e da região do País. Todas elas têm acesso aos mesmos produtos e serviços em iguais condições e preços”, explica a superintendente da Fenavist e coordenadora do Projeto, Ana Paula Queiroga.

Ela aponta ainda outros benefícios: “As parcerias fortalecem a cadeia produtiva e ajudam a tornar os sindicatos e a federação autossuficientes. Esse fortalecimento é fundamental para o desenvolvimento das entidades de classe”, argumenta Ana Paula Queiroga.

Produtos e Serviços

O catálogo de produtos e serviços oferecidos pelo Projeto Fenavist Negócios é atualizado constantemente. Muito do que é oferecido faz parte das negociações coletivas estabelecidas pelos Sindicatos nos estados.

Um dos carros-chefes do projeto é o seguro de vida. Com a intenção de oferecer um produto que contemple as especificidades do setor, a Federação buscou a Fianzas, uma empresa cujo foco é dar prioridade às pessoas. Além de ser uma empresa de seguro de vida e benefícios, a Fianzas agrega diferenciais que farão as empresas economizarem tempo e dinheiro, com a responsabilidade civil e o seguro garantia.

Os tíquetes de alimentação e refeição também fazem parte dos produtos oferecidos pelo Projeto Fenavist. Nessa área, a Federação conta com a parceria da Sodexo. Os vales-alimentação e vale-refeição são aceitos em uma ampla rede de estabelecimentos credenciados, que permite o acesso

a refeições balanceadas em diversos restaurantes, lanchonetes e padarias, e a realização das compras do mês em supermercados, hortifrúti e açougues.

Oportunidade também para cuidar da saúde bucal dos trabalhadores. Muitos problemas que afastam os funcionários por motivo de doença podem ser evitados com cuidados com a boca. O projeto Fenavist Negócios e a Prodent propõem uma transformação nesse cenário, com a disponibilização de um plano de assistência odontológica empresarial. Com um valor mínimo, pode-se gerar uma economia significativa para o trabalhador e as empresas.

Outra preocupação é com a saúde financeira dos funcionários. Uma das integrantes dessa grande rede montada pela Federação, a BIORC, oferece empréstimo consignado com juros justos e facilidade na obtenção do crédito. É a chance de ajudar o seu colaborador a realizar um sonho ou deixar aquela dívida impagável para trás.

Entre os serviços disponibilizados está a possibilidade de as empresas recuperarem valores cobrados indevidamente pelo governo. A JP Balaban oferece consultoria de assessoria tributária e administrativa, que identifica potenciais pagamentos indevidos à Receita, ao INSS, contribuições, e ajuíza ações para o ressarcimento desses valores.

O Projeto Fenavist Negócios apoia ainda o Benefício Social Familiar. É um inovador modelo de atendimento social e apoio, que, há mais de 20 anos, objetiva dar maior amparo aos empregados e a suas respectivas famílias, bem como às empresas. Para que haja a adesão a esse benefício, é imprescindível a inserção nas convenções coletivas de trabalho.



Conheça nossas palestras

“Assegurar às atividades de segurança privada melhores condições para gerar resultados positivos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.” Essa é a missão da Fenavist. Para alcançar esse objetivo, a entidade promove a capacitação das empresas e gestores. Dessa forma, o Projeto Fenavist Negócios tem papel fundamental. Entre os produtos e serviços disponibilizados estão palestras sobre os principais temas que impactam a atividade. As apresentações são feitas por profissionais especializados e com vasto conhecimento na área de segurança privada. O melhor de tudo é que as palestras estão disponíveis para sindicatos e empresas associadas. O custo é mínimo.

Saiba Mais

Para conhecer mais informações sobre o Projeto Fenavist Negócios, acesse www.fenavist.org.br ou envie um e-mail para fenegocio.assessoria@fenavist.org.br. Você também pode tirar dúvidas pelo telefone 61 3327-5440.



VIGILÂNCIA PATRIMONIAL - ESTRUTURA RACIONAL DE CUSTO PÓS-REFORMA TRABALHISTA

Euripedes Abud
Consultor Empresarial e Econômico



REPENSANDO A NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Palestrante: Dra. Fernanda Lima
Consultora e Especialista em Mediação, Conciliação, Arbitragem e Gestão de Conflitos



AS NOVAS FERRAMENTAS DE GESTÃO TRABALHISTA E O REPENSAR DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Palestrante: Dr. Hélio Gomes Coelho Júnior
Advogado Trabalhista Especialista em Entidades Sindicais



LIDERANÇA EMPREENDEDORA: COMPETÊNCIA ESSENCIAL PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS

Palestrante: Jerônimo Mendes
Coach e Consultor Empresarial



REFORMA TRABALHISTA: DIREITO MATERIAL - IMPACTO NOS CONTRATOS DE TRABALHO

Palestrante: Dra. Lírian Cavalhero
Consultora Jurídica da Fenavist



COMO CONSTRUIR EQUIPES VENCEDORAS E UTILIZAR AS FERRAMENTAS DE INOVAÇÃO PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS - VIP (VALOR, INOVAÇÃO E PROPÓSITO)

Palestrante: Dr. Marcus Bittencourt
Advogado da União



NOVA LEI TRABALHISTA: NA PRÁTICA - O DIA A DIA E OS DIFERENCIAIS COMPETITIVOS

Palestrante: Juiz Federal Marlos Melek
Um dos Pais da Reforma Trabalhista



COMO REDUZIR OS PASSIVOS TRABALHISTAS DE ACORDO COM A NOVA LEGISLAÇÃO

Palestrante: Dra. Raissa Bruna Máximo de Magalhães
Especialista em Processo Trabalhista, atuante no processo da Operação "Lava Jato"



GESP: FACILIDADES E DIFICULDADES

Palestrante: Vagner Jorge
Ex-Vice Presidente Jurídico da Fenavist, Especialista em Segurança Privada



IN 5: SUAS MUDANÇAS E OS REFLEXOS DA REFORMA TRABALHISTA

Palestrante: Vilson Trevisan
Economista e Especialista em Licitações



Venha fazer parte desse grande projeto!
Segurança unida, é segurança forte!

SEGURO DE VIDA VIGILANTE

ALÉM DAS INÚMERAS VANTAGENS AO CONTRATAR O SEGURO DE VIDA COM A FIANZAS,
VOCÊ ENCONTRARÁ O MELHOR CUSTO BENEFÍCIO PARA SUA EMPRESA.

CONSULTE-NOS E VEJA O QUE TEMOS DE ESPECIAL PARA VOCÊ!

A ÚNICA PARCEIRA DA FENAVIST



 projotovigilante@fianzas.com.br

 (41) 3029-7044

 @fianzascorretora
@projetofenavist

 (41) 98405-1858

 @fianzascorretora
@projetofenavist



Diretores do Sindesp-CE com presidentes de outras entidades de classe

SINDESP-CE CHEGA AOS 30 ANOS COMO UM EXEMPLO PARA TODO O SEGMENTO DE SEGURANÇA PRIVADA

Sindicato tem papel fundamental no desenvolvimento da atividade no Brasil

Não há fórmula para o sucesso, mas as entidades fortes têm sempre algo em comum dos fundadores: coragem, desprendimento e vontade de vencer. Com o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Ceará (Sindesp-CE), não foi diferente. Na década de 1980, três empresários visionários, que compreendiam a necessidade do segmento de se unir para garantir o desenvolvimento da atividade, se juntaram para formar uma associação. Coube a João Pinheiro comandar essa entidade, que se tornaria uma das principais do País. Não demorou muito para que a associação crescesse, alçasse voos mais altos e se transformasse no Sindesp-CE. No dia 24 de agosto, o sindicato completará 30 anos de história, dedicação e amor pela segurança privada.

Nas últimas três décadas, a trajetória do Sindesp-CE se confunde com a evolução da atividade. Cada um dos empresários que presidiram a entidade tiveram papel fundamental no crescimento do sindicato. João Pinheiro, Francisco Autran Martins, Gaudêncio Gonçalves de Lucena, Alfredo Ibiapina e César Marques atuaram com o propósito de desenvolver o sindicato.

Atualmente, a entidade é presidida por Urubatan Estevam Romero. Empresário reconhecido em todo o País, ele é um apaixonado pela segurança privada e pela atividade sindical. Sob sua gestão, o sindicato se consolidou como referência para os outros Sindesp's do País. Uma de suas grandes conquistas foi a aquisição da sede própria.



“Nós temos feito um trabalho de trazer o estado para mais próximo da Federação, tanto é que para as assembleias, para as reuniões de diretoria, sempre trazemos um, dois, três empresários. Queremos trazer o sindicato para mais perto da Fenavist”

Urubatan Romero, Presidente do Sindesp-CE

“Hoje nós contamos com uma sede própria, com auditório para 45 pessoas, o qual as empresas utilizam para treinamento dos colaboradores”, conta Urubatan.

E o desejo é ampliar o espaço em breve. “Temos a meta de partirmos para outra sede. A busca é sempre por uma valorização maior do segmento. Hoje, nós contamos com 23 empresas associadas”, explica o presidente da entidade.

O Sindesp-CE também se destaca por enxergar a segurança privada nacionalmente. Entende que os problemas que acontecem dentro dos estados têm influência na atividade em todo o Brasil. Por isso, a entidade tem atuação elogiada dentro da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

“Nós temos feito um trabalho de trazer o estado para mais próximo da Federação, tanto é que

para as assembleias, para as reuniões de diretoria, sempre trazemos um, dois, três empresários. Queremos trazer o sindicato para mais perto da Fenavist. Isso é um trabalho que todo presidente deveria fazer, valorizar a Federação. O sindicato é o elo entre a Federação e o empresário. Nós não podemos deixar que o empresário desconheça todas as ações que a Federação desenvolve em favor do Estatuto da Segurança Privada, com relação à luta perante o Ministério do Trabalho, o Ministério do Planejamento, a Polícia Federal, o curso de formação. Então, a Fenavist é o elo mais importante do nosso sistema. Cabe ao presidente do sindicato aproximar os empresários da Federação”, argumenta Urubatan Romero.

A relação de respeito com os trabalhadores também merece destaque. “Demonstramos isso não apenas nas negociações coletivas anuais, sempre exitosas, como também no diálogo continuado como meio de prevenção de conflitos e soluções de demandas que envolvam empresários e trabalhadores”, ressalta Romero.

Outro importante trabalho desenvolvido pelo Sindesp-CE é a luta para que o estado do Ceará cumpra as obrigações contratuais. “Nossa luta é contra a opressão que o estado do Ceará vem fazendo às empresas, não repassando os reajustes. É uma batalha contra essa trituração e opressão do estado”, conta o presidente do sindicato.

O tema, inclusive, é visto como o principal desafio para o futuro. “Combater a grande opressão que o estado e a prefeitura fazem contra os empresá-



O empresário Gaudêncio Lucena com o executivo do Sindesp-CE, Milton Pimentel



Confraternização de Natal 2008 - Sindesp-CE 20 anos

rios, ao não pagarem os reajustes, não pagarem as verbas a que temos direito e muito mais. O pior é que o estado do Ceará não percebe que, além de prejudicar as empresas, está prejudicando a si próprio. Isso porque há uma diminuição assustadora dos postos de trabalho, o que compromete a economia e impulsiona o aumento da segurança clandestina, que coloca em risco a população. Nós estamos na luta para que isso não aconteça”, conclui Urubatan.

Fundador da Fenavist

O pioneirismo está no DNA do Sindesp-CE. A entidade teve papel fundamental na criação da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). Ao lado dos sindicatos do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Pernambuco e do Distrito Federal, além da Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança (Abrevis) e da Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV), a entidade participou da assembleia de fundação da Fenavist no dia primeiro de março de 1989.

Vale destacar que o Sindesp-CE, mais do que participar da reunião que oficializou a Federação, teve papel importante para que a nova entidade ganhasse forma, tanto que o primeiro presidente da Fenavist foi um cearense, o atual senador Eunício Lopes de Oliveira.

E o pioneirismo foi além, como lembra Urubatan Estevam. “O senador Eunício Lopes de Oliveira foi o primeiro presidente da Fenavist, como também o estado do Ceará teve a felicidade de



Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

O Senador Eunício Lopes de Oliveira foi o primeiro presidente da Fenavist

ter sido fundador da Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV).”

Além disso, a relação intrínseca do Sindicato com a Federação se fortaleceu ao longo dos anos. “Nosso sindicato tem atuação de relevância na Fenavist. Vários de nossos diretores, eu inclusive, ocupamos posição de destaque na Federação, colaborando para influir nos seus objetivos. Também buscamos unir esforços com toda a classe empresarial para a aprovação, se Deus quiser, do Estatuto da Segurança Privada. Esse Estatuto atribuirá maior representatividade à classe, pois significa a regulamentação do setor, alçando à classe de atividade reconhecida oficialmente”, explica Urubatan.

“Os grandes empresários devem ter sempre seus nomes reconhecidos. Não é pela grandeza do empreendimento que dirigem, mas pela importância, sabedoria, seriedade e determinação que impõem a suas atividades”



Homenageados com a Comenda Elias Hissa Filho em 2017 com os presidentes de sindicatos

Comenda Elias Hissa Filho:

Reconhecimento de quem faz o segmento crescer

Saber reconhecer a importância de quem contribui para o desenvolvimento da segurança privada é outra característica marcante do Sindesp-CE. Criada em 2015, a Comenda Elias Hissa já se tornou uma das principais condecorações do segmento. Desde que foi instituída, tem homenageado personalidades estaduais e nacionais ligadas ao setor.

“Os grandes empresários devem ter sempre seus nomes reconhecidos. Não é pela grandeza do empreendimento que dirigem, mas pela importância, sabedoria, seriedade e determinação que impõem a suas atividades. O Sindesp-CE busca homenagear os empresários do setor que são um exemplo a ser seguido por todos os que fazem a segurança privada”, ressalta Urubatan Estevam, idealizador da honraria.

Já foram homenageados com a comenda Hissa Filho como destaques nacionais o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, e o ex-presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP), José Adir Loiola. Em âmbito estadual, receberam a condecoração o ex-presidente do Sindesp-CE, César Marques de Carvalho, e o empresário Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, ambos com reconhecida atuação nas entidades que representam a segurança privada.

Em primeira mão à Revista Fenavist, o presidente do Sindesp-CE antecipa quem serão os agraciados deste ano. “Para o ano de 2018, já devidamente

aprovado em assembleia, no âmbito nacional, nós homenagearemos o consultor e ex-diretor da Fenavist, Vagner Jorge. No âmbito estadual, Luiz Gastão Bittencourt, presidente da Fecomércio e empresário do setor de segurança privada no Ceará, será o agraciado.

Urubatan também faz questão de resgatar a história do empresário Elias Hissa Filho, que dá nome à comenda. “Ele foi responsável pelo lançamento de grandes empresários e grandes executivos no estado do Ceará. Passaram por suas mãos pessoas como Gaudêncio Gonçalves de Lucena, Tarciso Bezerra Martins, Eunício Lopes de Oliveira, Vando Figueiredo, que hoje é o artista plástico mais premiado do Ceará na Europa e que deu alma à criação dessa comenda. Outros empresários passaram pela subordinação de Hissa Filho, como eu (Urubatan Romero), Elias Dantas da Silveira, Paulo César Baltazar Viana, entre muitos outros. Diria que perto de 80% dos empresários do Ceará foram sócios ou subordinados a Elias Hissa Filho, que partiu prematuramente, aos 64 anos. Com tamanha importância, nós resolvemos homenageá-lo, dando o nome dele à comenda. Com isso, valorizamos o passado com o nome da comenda e o presente com quem recebe o prêmio.”

Elias Hissa Filho foi diretor do Grupo Ultralimpo, o maior grupo empresarial no Ceará. Falecido em abril de 2012, Elias Hissa Filho deixou um legado de amizade e respeito no setor de segurança privada e asseio e conservação.

SENADO APROVA PROJETO QUE ENDURECE **PENA PARA EXPLOÇÃO DE CAIXAS ELETRÔNICOS**

Mudança era um pleito antigo do segmento de segurança privada

O Senado aprovou no dia 27 de março o projeto que endurece as penas para o roubo de caixas eletrônicos com o uso de explosivos. O texto final incorporou modificações da Câmara dos Deputados que obrigam os bancos a instalarem dispositivos que inutilizem as cédulas dos caixas atacados. O projeto segue agora para sanção presidencial.

De autoria do senador Otto Alencar (PSD-BA), o texto eleva em dois terços a pena por roubo quando há uso de explosivos para destruir um obstáculo. Já a prática de furto com o emprego de explosivos passa a ser uma modalidade de furto qualificado, com pena de quatro a dez anos de prisão.

O furto e o roubo dos próprios equipamentos explosivos também têm as penas aumentadas: quatro a dez anos de prisão, para o caso de furto, e elevação da pena em até 50%, para o caso de roubo. Além disso, o roubo realizado com uso de armas também tem sua punição agravada: passa a render aumento de dois terços da pena.

Caso o ato de roubo resulte em lesão corporal grave contra a vítima, a pena para o criminoso passa a ser de 7 a 18 anos de reclusão – atualmente, são de 7 a 15 anos.

Cédulas

Na sua passagem pela Câmara dos Deputados, o projeto foi acrescido da obrigação de os bancos instalarem em seus caixas eletrônicos tecnologias que



Plenário do Senado durante a votação

inutilizem as cédulas em caso de ataque. Eles podem usar dispositivos que dispensam tinta, pó químico ou ácidos ou mesmo que incinerem as notas.

As emendas da Câmara estabelecem um cronograma para que os bancos incorporem os equipamentos em todos os seus caixas. As agências de cidades pequenas, com até 50 mil habitantes, terão de se adaptar mais rapidamente, em até 18 meses. As agências de cidades médias, com até 500 mil habitantes, terão 24 meses. Serão 36 meses para as demais.

Relator das modificações, o senador Dário Berger (PMDB-SC) afirma que a iniciativa é bem-vinda. “A inutilização das notas parece ser um mecanismo eficiente para a diminuição da frequência de furtos em caixas, pois o proveito do crime não poderá ser utilizado, desestimulando, assim, essa empreitada.”

O endurecimento das penas para quem utiliza explosivos em assaltos era um pleito antigo da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e de outras entidades parceiras que trabalham em prol do segmento. A Fenavist atuou, diretamente, perante os parlamentares para que o Projeto de Lei fosse aprovado.

“É uma medida que protege toda a sociedade. É imprescindível que sejam criados mecanismos para coibir a ação dos bandidos”, afirma Jeferson Nazário, presidente da Fenavist.

(Com Informações da Agência Senado)

MINISTÉRIO DO TRABALHO ATENDE À DEMANDA DA SEGURANÇA PRIVADA E ALTERA A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÃO

Alteração dificulta que vigilantes sejam trocados por vigias nos postos de trabalho

O Ministério do Trabalho, por intermédio da Diretoria de Classificação Brasileira de Ocupação, divulgou a atualização da CBO categorias de porteiros, vigias e afins. A alteração era um pleito antigo da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVEP) e de outras entidades ligadas ao segmento, que atuavam no Ministério para que a categoria de vigia fosse excluída.

O pedido foi atendido parcialmente. Apesar de continuar na mesma família de ocupações dos porteiros, os vigias de rua passam a ter um código próprio e atuação restrita. Ao analisar a decisão, a Consultoria Jurídica da Federação afirmou que “o texto melhora as defesas das empresas de segurança privada, em face das diferenças entre vigia e vigilante, mas somente teremos segurança jurídica para essa diferenciação com a aprovação do Novo Estatuto da Segurança Privada (Substitutivo da Câmara Nº 6, de 2016)”.

O Advogado do SESVEP, Felipe Villarinho, conta que a mudança era necessária para evitar a substituição irregular de vigilantes nos postos de trabalho. “Nos últimos meses observamos um grande aumento no número de postos de vigilantes que estavam sendo substituídos indevidamente por vigias. A alegação dos contratantes é que a função de vigia estava pre-



vista na CBO - Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho.”

Segundo a alteração, a atuação do chamado vigia passou a ter a seguinte delimitação: “Recepcionam e orientam visitantes e hóspedes. Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho”.

O Advogado do SESVEP, Felipe Villarinho, explica a importância da mudança. “Com essa atualização, fica claro que o vigia não pode exercer as mesmas atribuições do vigilante, além de ter a designação de vigia de rua, não podendo mais ser confundido com a função legal e regular do vigilante, que atua intramuros, qualificado na Lei 7.102.”

Villarinho lembra ainda as implicações legais e econômicas para quem insistir em contratar vigias. “Resaltamos que a contratação de empregados na função de vigia para exercer atividades exclusivas de segurança privada, além de irregular, gerará um grande passivo para o tomador de serviços, tendo em vista que os empregados desempenharão efetivamente a função de vigilante, sofrendo verdadeiro desvio de função e redução salarial.”

O GRANDE DESAFIO DA SEGURANÇA PATRIMONIAL E DO TRANSPORTE DE VALORES É SE REINVENTAR



Ao longo da história o transporte de valores e a segurança patrimonial viveram à sombra da necessidade obrigatória para alguns negócios, entendida como “despesa obrigatória” ou “mal necessário, assim como os grandes destaques destes segmentos passavam apenas por notícias de grandes roubos ou sinistralidade inerentes ao segmento em todos os seus modais históricos. Além disso, houve ainda experiências desagradáveis em portas giratórias ou controladores de acesso com a proposta de gerar sentimento de segurança e garantir proteção.

Analisando o presente e olhando para o futuro, alguns pontos são de extrema importância e relevantes neste segmento.

Nossa história recente mexeu muito com a economia do Brasil e fez do empreendedor uma espécie de “salvador da pátria”, tentando garantir geração de empregos e giro da economia interna, o que pode ter gerado movimentos de camadas econômicas que ainda estão e estarão em transformação nos próximos anos. O acesso aos serviços e soluções de segurança e de transporte de valores rompeu barreiras, o que antes rodeava como consumidor principal do portfólio, os bancos e seus derivados, muda de maneira agressiva e pulverizada.

Essa mudança ocorre claramente no varejo de maneira geral e em camadas empresariais que antes entendiam que ter entre seus investimentos o Fator Segurança aplicado no negócio era apenas um artigo de luxo.

Com o novo cenário que vivemos, vem o desafio da inovação e mudança em modelos de negócios, como, por exemplo, a solução de Transporte de Valores que não oferta apenas soluções de coleta e entrega de dinheiro, muito além disso, precisa agregar valor e reduzir despesas e garantir processos. Um exemplo claro da transformação do segmento e da inovação são os Cofres Inteligentes, que trouxeram para o varejo, lotéricos, supermercados, microempresas e pequenas empresas um valor agregado aos serviços, garantindo ao empresário e empreendedor mais segurança em seus processos internos e liberdade para focar em seu core business, além de controles, redução de custos operacionais e infidelidade. Essa transformação também ocorre quando falamos em transporte de cargas de alto valor agregado, como celulares, notebooks, mercadorias manufaturadas que se transformam em dinheiro rapidamente no mercado negro oriundas do roubo de cargas, que ano após ano têm seus índices de sinistros subindo cada vez mais.

Também os ataques aos centros de distribuição que estocam produtos de alto valor agregado mostram esse efeito e evidenciam um grande desafio aos players de soluções de segurança, transporte de valores e de cargas, assim como para os gestores de segurança por obviedade. Com isso, os provedores de segurança que forem capazes de apresentar uma plataforma de prestação de serviços com tecnologia de ponta e integração entre as soluções terão um grande diferencial competitivo.

Mas o sucesso da junção de demanda e oferta passa por uma reeducação de quem compra e de quem vende.

Falando de quem compra, entendo que ainda existem muitas dúvidas sobre o que o mercado tem a oferecer como solução e, ainda, há uma lacuna de entendimento para separar uma solução diferenciada de uma commodity, em que apenas o preço é o fator decisório.

Com isso compreendido, é preciso que haja uma atualização de conceito no mercado tradicional e conscientização dos novos consumidores de produtos de segurança e transporte de valores. E, para isso acontecer, parte da missão está com o empreendedor e empresário, que precisam buscar saber (ou buscar ajuda pra isso) como os serviços e soluções de segurança podem reduzir despesas e agregar valor a seus processos e serviços, além de garantir mais foco ao seu negócio.

A outra parte do desafio fica com quem vende e como irá reagir diante de uma transformação do comprador e do mercado, além da mudança de comportamento do cliente final e da avalanche de tecnologia e consumo digital, que está gerando uma mudança da cultura em nível mundial.

Cada vez mais parceiros estratégicos e vendas consultivas precisarão estar presentes nas rotinas comerciais entre os players de segurança, logística de valores e de cargas, além de operações modernas e enxutas, garantindo margem e preservando a qualidade dos produtos e serviços com um pós-venda de excelência.

O velho e bom ouvido e olhos atentos serão os catalisadores da demanda e oferta e os redutores da nova lacuna no mercado de segurança, transporte de valores e cargas, ou seja, ouça o mercado e antecipe tendências.

Também é fato o esforço dos profissionais na busca contínua de melhoria em seus serviços, que mesmo no mercado brasileiro, que é uma “selva” para se trabalhar e inovar, tem garantido crescimento e evolução nos serviços, apesar das leis agressivas, infraestruturas precárias e concorrência acirrada com a informalidade.

A transformação não tem volta, e isso não é mais novidade para ninguém.

O grande ponto de atenção é a velocidade da mudança somada à capacidade de reinvenção dos provedores de soluções de segurança, logística e serviços, além do desafio do capital humano imerso nesse contexto.

E, nesse cenário, o capital humano será a chave da transformação do segmento, mesmo com o advento de tecnologias e inteligência artificial, veículos modernos e reforço de equipamentos de segurança. Ainda assim, o velho e bom ouvido e olhos atentos serão os catalisadores da demanda e oferta e os redutores da nova lacuna no mercado de segurança, transporte de valores e cargas, ou seja, ouça o mercado e antecipe tendências.

É questão de sobrevivência! Simples assim!

JOSE RAUL BAPTISTA

Gerente de Planejamento Comercial

TRÊS ANOS NO VERMELHO

Desde janeiro de 2015, segurança privada perdeu 75 mil postos de trabalho

A economia brasileira voltou a crescer em 2017. Após dois anos de retração. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,5%. A Inflação (2,95%) também fechou o ano abaixo da meta do governo. A taxa básica de juros, a Selic, sofreu sucessivos cortes e terminou o ano em 7%. No entanto, mesmo com todos esses fatores positivos, a retomada da atividade econômica continua lenta. Com a segurança privada não é diferente.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), analisados pelo Departamento de Estatística da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), mostram que o segmento perdeu 17.386 postos de trabalho em 2017. Se somados os resultados de 2015 (-26.495) e 2016 (-31.392), a perda de empregos na segurança privada chega a 75.273. O valor corresponde a aproximadamente 13% do total de trabalhadores do segmento.

Responsável pelo Departamento de Estatística da Fenavist, José Reinaldo explica que o resultado já era esperado. “O que havíamos previsto em março de 2017 se concretizou ao término do mesmo ano. Nós acreditávamos que perderíamos entre 15 e 20 mil postos de trabalho. Perdemos mais de 17 mil postos, ou cerca de 2,91% de retração no estoque de trabalhadores.”

Em relação a 2018, o estatístico pede cautela. “Para este ano, devemos ser cautelosos quanto à recuperação da nossa atividade econômica. As estimativas para o ano de 2018, segundo economistas de bancos, é de crescimento entre 2,6% e 2,7% do PIB. Na contramão dessas estimativas,



não acreditamos em um crescimento desta magnitude na atividade de segurança privada. Na verdade, temos avaliado dois cenários: no primeiro, retração de aproximadamente 1% do estoque de trabalhadores, e no segundo, com expansão de 0,86%. Infelizmente, acreditamos em valores próximos aos do primeiro cenário em 2018.”

Os dados confirmam o que a Federação tem defendido há anos: como todas as atividades econômicas, a segurança privada cresce diante de uma economia forte e não com o aumento da violência. “Nos últimos três anos, a economia brasileira enfrentou uma das suas mais graves crises. Isso impactou diretamente indústrias e comércios, alguns dos nossos principais contratantes. Infelizmente, o resultado está aí. Mais de 75 mil pessoas perderam o emprego e as nossas empresas tentam sobreviver enquanto uma retomada robusta da economia não acontece”, argumenta Jeferson Nazário, presidente da Fenavist.

Ele lembra ainda que se a violência fosse o fator responsável pelo crescimento da atividade, o segmento estaria em franca ascensão. “Para a nossa tristeza, os índices de violência não param de aumentar. O Governo Federal acaba de tomar uma medida extrema, que é a intervenção da segurança pública do Rio de Janeiro. No sentido contrário, a segurança privada perde postos de trabalho e as empresas têm dificuldade em se manter. Não é possível que os criadores de mito ainda defendam a tese de que a violência é boa para a nossa atividade”, conclui Nazário.

FÓRUM DA SEGURANÇA PRIVADA SE REÚNE PELA PRIMEIRA VEZ EM 2018

Desde 2016, principais players do mercado discutem maneira de promover o crescimento do setor

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) promoveu, no dia 13 de março, em São Paulo, o VI Fórum da Segurança Privada. Esta foi a primeira reunião em 2018 do grupo que reúne os principais players do segmento no Brasil. O Fórum foi criado como um espaço democrático, com foco no diálogo e no debate de ideias.

Durante o evento realizado em março, o presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário, destacou a necessidade de as empresas participarem ativamente na construção de uma estratégia conjunta de atuação do setor.

Na visão do vice-presidente da Fenavist, João Eliezer Palhuca, ganha importância no ramo de segurança privada a articulação das empresas em busca de soluções para o setor. Segundo ele, essas

respostas devem levar em conta as dificuldades atuais da economia nacional.

Saiba mais

O Fórum da Segurança Privada é uma iniciativa da Fenavist. O grupo foi criado como um espaço democrático focado no diálogo e no debate de ideias. Um dos principais objetivos é que os debates se tornem um nascedouro de soluções e iniciativas que ajudem a elevar o nível da segurança privada no Brasil.

Desde o primeiro encontro em junho de 2016, o Fórum da Segurança Privada tem se reunido periodicamente, sempre em busca de uma maneira para desenvolver a atividade.



Fórum se reuniu, em São Paulo, no dia 13 de março

SOCIEDADE ORGANIZADA

“O preço da Liberdade é a eterna vigilância”

(Thomas Jefferson)

Com essa frase, com a qual concordo e de que estou convicto tomo a respeitosa liberdade de expor alguns tópicos para contribuir para a segurança das pessoas, de suas casas, ruas, bairros e cidades.

A experiência no convívio com as pessoas que frequentam as reuniões do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG), além das atribuições que o cargo de presidente requer, tem sido um grande aprendizado e motivo de alegria. Também tem me mostrado que os problemas da população, independentemente do bairro ou da zona da cidade de São Paulo onde moram, são os mesmos. Comportamentos indevidos, desprezo ou negligência com limpeza e manutenção de espaços, festas organizadas por poucos que invadem a privacidade e o direito ao descanso de muitos e os crimes do dia a dia, tais como roubos, assaltos a residências, furtos/roubos de veículos e pertences, entre outros.

Apesar da visível vontade dos representantes das forças policiais presentes a essas reuniões em ajudar e atender aos reclamos da sociedade que se faz presente, é igualmente notória a limitação que esses profissionais têm diante do atual ordenamento legal, o que, conseqüente e tristemente, recai sobre o tecido social, construindo uma sensação de impunidade e de que não adianta fazer nada, ou seja, estamos perdendo a capacidade de nos indignar.

Também, porém, tenho percebido que, aos poucos, as pessoas começam a reconhecer que a grande e, arrisco-me a dizer, a imensurável força de uma população está exatamente em sua união,

em sua organização. Projetos como Vizinhança Solidária, ou atitudes semelhantes, até mesmo não formalizadas ou com uma denominação específica, ou seja, iniciativas de cunho popular, do bairro e para o bairro, têm alcançado cada vez mais os pequenos grupos, possibilitando a estes produzirem dados e informações que auxiliam as autoridades policiais locais na investigação de ilícitos e também contribuem para estabelecer um ambiente um pouco mais normal, uma vez que a realidade da segurança pública de hoje é anormal.

Cada vez mais o consenso de que a responsabilidade é e deve ser compartilhada, como, aliás, já é preconizado no tão citado artigo 144 da Constituição Federal – A segurança pública, dever do Estado e responsabilidade de todos..., tem sido abraçado pelas pessoas que se veem vítimas de situações de crime, as quais despertam para essa crucial necessidade. Mas ainda não é cultura de nossa sociedade a prática da prevenção.

Assim, tendo como princípio a defesa e manutenção da integridade de pessoas e seus bens e acreditando na necessidade de uma organização mínima e, por mais simples que seja, mas existente, tenho difundido a prática do estabelecimento de um contexto, de uma estratégia. Para tal, há que se destacar a inerente conseqüência de uma medida dessas, oriunda de um planejamento e

acompanhamento (medição). O renomado professor Vicente Falconi, em seu livro *O Verdadeiro Poder* (2009 – Editora Nova Lima), faz uma lúdica descrição do método conhecido como “PDCA” e, em um de seus comentários, diz: Este método viabiliza o gerenciamento científico de uma organização. Veremos que o PDCA permite criar, aprender, copiar e difundir conhecimento e que o aprendizado é a alma de sua utilização.” É importante que as pessoas, organizadas em associações de bairro, condomínios, núcleos de ação local, enfim qualquer forma de agrupamento, definam sua estratégia, pois somente dessa forma sabemos onde chegar e se estamos no caminho correto desse objetivo. Penso que talvez uma forma para auxiliar a exercer e aplicar essa organização pode ser a adoção desse método – PDCA. Creio enfaticamente que a adoção de uma forma organizada de ver, discutir e tratar os problemas locais é fator crítico de sucesso para a retomada de seu respectivo espaço (vizinhança).

Algumas ideias têm sido aplicadas com resultados positivos, as quais foram oriundas de um estudo e da criação de um conceito, no qual o ambiente protegido passa a ser interativo com as pessoas, ou seja, “a rua fala”. Junto com as câmeras de segurança (existentes ou a serem instaladas), são vinculados de forma sistêmica dispositivos que emitem som e luz diante de uma não conformidade previamente estabelecida. Uma central de gerenciamento de imagens remoto (onde essa inteligência é definida e aplicada e também através da qual se armazenam as imagens em nuvem), ao receber essas informações, adota um protocolo de verificação do fato, igualmente planejado no sistema. Alguns locais que já possuem equipes de profissionais em campo passam a dispor de mais uma camada de segurança, pois os profissionais locais podem ser acionados pela central e encaminhados para o local específico.

Os olhos eletrônicos organizados de forma sistêmica – software – ampliam a capacidade de vigilância dos espaços, permitem medição e auditoria, mudam a atual matriz que se baseia no homem,



isto é, o sistema passa a ser o protagonista, além de ter se mostrado viável, pois utiliza recursos já existentes. Trata-se de um serviço e não da compra de mais e mais equipamentos. Ou seja, entendeu-se onde estava, aonde se quer chegar e como chegar – estratégia. Esse modelo permite a geração de estatísticas, alertas de cunho educacional, identifica falhas nos equipamentos vinculados e, se necessário for, disponibiliza informações (data, hora e imagem) para as polícias realizarem seu trabalho a favor dessa comunidade.

De forma particular, penso que não devemos apenas e tão somente esperar que os governos e governantes tomem providências relativas à segurança pública, o que entendo é que, como cidadãos, temos que exigir e, organizada e civilmente, pressionar as autoridades competentes, em suas respectivas esferas de atuação. Uma das formas que vejo para exercer essa pressão é a organização da sociedade e a sugestão de soluções, em que o privado e o público se inter-relacionam em prol de um bem comum.

JOÃO JAOUICHE
Consultor em Segurança

ICAEPS PASSA POR REFORMULAÇÃO E AMPLIARÁ SUAS ATIVIDADES EM SC

Instituto financiado pelo Sindesp/Seac-SC promove a qualificação e formação da mão de obra no segmento de prestação de serviços

O Instituto Catarinense de Educação Profissional está sendo reformulado em 2018. Com novos investimentos e projetos, o ICAEPS terá a capacidade de promover mais eventos e treinamentos que atinjam diferentes áreas do setor de serviços em Santa Catarina. “O ano será marcado por uma nova fase em nosso Instituto. Serão apresentados projetos inéditos focados no profissional do setor de serviços, nas empresas e nos jovens que desejam ingressar no mundo do trabalho”, destaca o presidente do ICAEPS, Evandro Fortunato Linhares.

O ICAEPS, constituído sob a forma de OSCIP, é uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, de direito privado e de caráter educacional, cultural, social, de pesquisa e desenvolvimento e de apoio às diversas manifestações da cidadania. Fundado em abril 2013, tem como finalidade principal a qualificação e formação da mão de obra no segmento de prestação de serviços, por meio de cursos, palestras, seminários, entre outros.

“O setor de serviços, infelizmente, não conta com muitas opções para a formação e a especialização dos profissionais. Nesse sentido, o ICAEPS oferece cursos e treinamentos para especialização e reciclagem desses trabalhadores, para serem ‘multiplicadores’ das informações aos colaboradores operacionais”, avalia o consultor do Instituto, Osmar Viviani.

Formado por um Conselho de Administração indicado por representantes das entidades fundadoras e mantenedoras, o ICAEPS é financiado pelo Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados do Estado de Santa Catarina (Seac-SC), pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catari-



Crédito Foto: José Corrêa

na (Sindesp-SC) e pela Federação dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, Prestadoras de Serviços, Asseio e Conservação e de Transporte de Valores de Santa Catarina (FEVASC).

“O Sindesp-SC, como um dos fundadores do Instituto, avaliou a necessidade de buscarmos parcerias estratégicas para impulsionar ainda mais o trabalho desenvolvido pela entidade. Neste ano conseguimos alcançar metas estabelecidas e poderemos oferecer a toda a sociedade catarinense ainda mais cursos e treinamentos focados na profissionalização de nossa mão de obra”, celebra o presidente do Sindesp-SC, Dilmo Wanderley Berger.

Cinco módulos de treinamentos já estão confirmados para serem ministrados na capital catarinense. O primeiro, voltado para “Sistemas de Limpeza”, aconteceu no mês de março e foi sucesso de público. Para maio, julho, setembro e novembro módulos já estão agendados, contemplando: SLA – Acordo de Nível de Serviços; Tratamento de Pisos; Dimensionamento de Mão de Obra; e Mercados Diferenciados, todos apresentados pelo experiente consultor Osmar Viviani. Outros projetos de grande repercussão são trabalhados internamente no Instituto e serão divulgados nos próximos meses pela diretoria.

“Projetando as exigências do mercado, foi criado o ICAEPS, com intuito de colaborar na qualificação e formação da mão de obra no estado catarinense. Estamos trabalhando em conjunto para encorpar ainda mais o Instituto e entregar à sociedade prestadores de serviço cada vez mais qualificados”, completa o presidente do Seac-SC, Avelino Lombardi.



DE 2012 A 2017, **PREVIDÊNCIA SOCIAL GASTOU MAIS DE R\$ 26 BI** COM ACIDENTES DE TRABALHO

Estimativas da OIT apontam que acidentes e doenças de trabalho consomem 4% do PIB

De acordo com o Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, entre 2012 até 2017, cerca de 15 mil trabalhadores foram vítimas de acidentes de trabalho fatais. No mesmo período, houve quase 4 milhões de acidentes e doenças do trabalho, gerando um gasto maior que R\$ 26 bilhões somente com despesas previdenciárias e 315 milhões de dias de trabalho perdidos.

“Segundo estimativas globais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), acidentes e doenças de trabalho implicam perda anual de cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), o que, no caso do Brasil, equivaleria, em números de 2017, a R\$ 264 bilhões”, revela o procurador do Trabalho Luís Fabiano de Assis, responsável pelo observatório.

Para o Procurador-Geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, a ferramenta, que é alimentada automaticamente por meio de cruzamento de dados públicos, permite ao próprio governo elaborar políticas públicas mais focadas e eficazes na área da saúde e da segurança do trabalho. “Um país que esconde a sua realidade é fadado ao fracasso. Precisamos reconhecer nossas fragilidades para termos melhores condições de trabalho em um meio ambiente mais seguro para todos”, destacou.

Ranking

Segundo o observatório, a maior parte dos acidentes entre 2012 e 2017 foram causados por máquinas e equipamentos (15%), atividade em que as amputações são 15 vezes mais frequentes e que gera três vezes mais vítimas fatais que a média geral.

Os profissionais que atuam no atendimento hospitalar são os que mais sofrem acidentes (10% dos casos), em especial aqueles que trabalham na enfermagem e na limpeza. As principais ocupações atingidas são: alimentadores de linha de produção, técnico de enfermagem, faxineiro servente de obras e motoristas de caminhão.

No ranking geral, os estados de São Paulo (37%) e de Minas Gerais (10%) lideram as Comunicações

de Acidentes de Trabalho (CATs), e os gastos com afastamentos previdenciários são maiores em São Paulo (23,34%) e em Santa Catarina (10,11%).

Os dados do Observatório são dados da Previdência Social, obtidos mediante acordo de compartilhamento firmado em 2014 com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Ministério da Previdência Social (atualmente Ministério da Fazenda), que participam ativa e construtivamente da validação das informações.

Os dados têm servido, entre outras ações de interesse do Estado, para promover inédita conscientização sobre riscos ocupacionais, aprimorar a eficiência das investigações do MPT, fomentar ações regressivas em parceria com a Procuradoria-Geral Federal, tornar mais eficiente o monitoramento de benefícios acidentários e determinar mais claramente quais devem ser os focos (ocupações, setores econômicos, grupos vulneráveis) das ações repressivas e preventivas em matéria de proteção ao meio ambiente do trabalho.

Segurança Privada

Dados do Ministério da Fazenda referentes à Previdência Social, analisados pelo Departamento de Estatística da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), apontam que, em 2016, concederam-se ao setor 11,3 mil auxílios-doença. Do total, 94,8% foram de auxílio previdenciário e 5,2% de auxílio por acidente de trabalho.

Os dados mostram ainda que no período compreendido, entre 2012 e 2016, houve redução no número de auxílio previdenciário (24,8%) e de acidente de trabalho (22,7%).

Além disso, em 2016, foram pagos cerca de 19,4 milhões em auxílio previdenciário e por acidente de trabalho no segmento de segurança privada. No período de 2012 a 2016, o crescimento dos valores foi de 10,5% e 13,2% no número.

(Com Informações da Assessoria de Imprensa do Ministério Público do Trabalho)

Fenavist realiza reuniões no estado do Tocantins



A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) realizou duas reuniões em Palmas. O Conselho Gestor e a Diretoria da entidade se reuniram no estado do Tocantins como parte da programação da posse do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, de Transporte de Valores, de Cursos de Formação e de Segurança Eletrônica do Estado do Tocantins (Sindesp-TO).

No dia 15 de março, o Conselho Gestor discutiu questões da votação do Estatuto da Segurança Privada no Plenário do Senado. O Projeto Fenavist Negócios, as propostas da Comissão de Finanças e o Plano de Ações da Fenavist para o período 2018-2022 foram outros assuntos abordados.

No dia 16, ocorreu a 20ª Reunião de Diretoria da Fenavist. Assim como na véspera, a votação do Estatuto da Segurança Privada foi discutida. O encontro também focou nas deliberações das Comissões Temáticas, como a proposta do instituto da arbitragem, câmaras de negociação e conciliação.

Fenavist fará missão à África do Sul

No dia 12 de março, o vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Ivan Hermano filho, se reuniu com o embaixador da República da África do Sul no Brasil, Ntshikiwane Joseph Mashimbye. No encontro, o embaixador entregou um documento à Fenavist que confirma o apoio da autoridade responsável pela segurança privada no país africano à missão empresarial que a Federação irá realizar este ano.

Com a confirmação do apoio, a Fenavist intensifica os preparativos para a viagem, que deve ocorrer em outubro. A ideia é conhecer, discutir, debater e trazer novos modelos e concepções sobre a segurança privada para o Brasil, tendo como foco a experiência sul-africana.



O intercâmbio de informações com outros países tem sido um dos marcos da Fenavist nos últimos anos. A troca de conhecimento é fundamental para o desenvolvimento da segurança privada no Brasil.

Fenavist e Banco do Brasil promovem Workshop

A pedido da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), o Banco do Brasil realizou, no dia 22 de janeiro, em São Paulo, o Workshop Vigilância Armada - Serviço e Repactuação. O evento foi destinado às empresas de segurança privada que prestam serviços a instituição financeira.

O evento teve o objetivo de esclarecer procedimentos operacionais e regras de acionamento de serviço eventual; melhorar a qualidade das informações, envio de documentos e planilhas necessárias para a prestação de serviços e as repactuações contratuais, além de tirar dúvidas e acelerar processos.

O Workshop dividiu-se em duas partes. Pela manhã, as apresentações tiveram como foco os profissionais responsáveis pelo operacional das empresas. No período da tarde, as orientações destinaram-se aos representantes das empresas que trabalham diretamente com a repactuação de contratos.

Coordenaram os trabalhos o vice-presidente da Fenavist para Assuntos de Segurança Bancária, Alfredo Vieira Ibiapina, e o gerente-geral do Banco do Brasil, João Carlos Batista Mota. Além disso, os assessores do BB Edson dos Santos, Everton Ferreira Gonçalves, Fabio Luiz de Mello Bernardo, Levi de Moraes, Leonardo Oriel F. Castillo, Maria de Fatima Oliveira, Miravan Lavorenti Dourado, Ricardo da Silva Coelho e Viviane dos Santos Pereira também participaram do Workshop.



Fenavist e ABTV discutem segurança no transporte de valores com a Polícia Federal



No dia 10 de janeiro, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e a Associação Brasileira de Empresas de Transporte de Valores (ABTV) participaram de uma reunião com o então diretor-geral da Polícia Federal (PF), Fernando Segóvia. Na pauta, os ataques aos veículos e bases operacionais das empresas de transporte de valores.

As entidades pediram o apoio da PF no trabalho que é feito junto com as forças de segurança pública para coibir esse tipo de crime. Além disso, ressaltou-se a importância de aprovar o Estatuto da Segurança Privada, que permitirá o uso de outras armas pelos vigilantes que trabalham no transporte de valores.



A sugestão de leitura da Biblioteca de Segurança é o livro Serviço de Inteligência para Segurança Privada, de João Pedro Peres Rodrigues. Esse livro é o resultado de teoria e prática. É a síntese da experiência do autor aliada a conhecimentos teóricos.

Serviço de Inteligência é uma das atividades mais antigas do mundo e sua prática, de forma organizada e inteligente, contribui para resultados extraordinários. O leitor que não conhece a fundo o assunto, com a leitura desse livro, terá contato com o mundo da espionagem e complementar as suas experiências com as leituras indicadas. Leitores mais avançados no assunto vão descobrir um novo nicho no mercado onde poderão aplicar o que está sendo proposto pelo autor.

Esse livro é importante e contribui com a cultura geral e específica. É indicado para gestores de segurança privada, vigilantes e pessoas que desejam iniciar atividades na área de inteligência corporativa e investigações particulares. No próximo volume serão abordadas questões sobre atividades dos investigadores particulares no Brasil e dificuldades em produzir informações requeridas pelos seus clientes. "É comum escutarmos o termo inteligência relacionado ao trabalho da segurança corporativa, porém, será que as técnicas utilizadas são eficientes e cumprem os requisitos da lei?" Boa leitura! Saiba mais, acesse www.bibliotecadeseguranca.com.br

Sua segurança é nosso maior patrimônio.

SEGURANÇA

SINDESP-PE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Av. Agamenon Magalhães - 2764 - sala 103
Edif. Empresarial Antônio de Albuquerque Galvão - Espinheiro - Recife/PE
Fone: (81) 3421-4520 | sindesp@sindesp-pe.com.br

Logos: AGUIA, CHANNEL, PROSEGUR, SINDESP-PE, GPS, BRINKS, SOS SERVI, interfort, VS, SERRAVALLE, P, TKS.

Supressão parcial de intervalo intrajornada **não justifica** rescisão indireta de contrato



A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a recurso de revista de um operador de produção da BRF S.A. que buscava o reconhecimento de rescisão indireta do contrato de trabalho, alegando que a empresa não lhe permitia usufruir integralmente o intervalo intrajornada. Para o colegiado, apesar de a empregadora ter descumprido obrigações contratuais, o motivo não é suficientemente grave para justificar a rescisão indireta, prevista no artigo 483, alínea “d”, da CLT.

O pedido foi julgado procedente na primeira instância, mas, ao analisar recurso ordinário patronal, o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) converteu a rescisão indireta em pedido de demissão. Com isso, foram excluídos da condenação o pagamento do aviso prévio indenizado, a multa de 40% do FGTS, a liberação das guias de seguro-desemprego e as demais parcelas decorrentes da rescisão indireta.

No recurso de revista ao TST, o operador alegou o descumprimento pela empresa de várias obrigações trabalhistas: não pagamento de horas de trânsito, concessão parcial do intervalo intrajornada, supressão de pausas para descanso, ausência de remuneração do tempo à disposição e violação

da intimidade na troca de uniforme. Segundo ele, a principal falta foi a supressão parcial do intervalo, medida de higiene, saúde e segurança do trabalho garantida por norma de ordem pública.

TST

Segundo a ministra Dora Maria da Costa, relatora do recurso, é importante avaliar até que ponto uma obrigação contratual não cumprida pelo empregador afeta a relação de modo que resulte na impossibilidade de manutenção do vínculo de emprego. “Não é razoável concluir que todo e qualquer ato do empregador que, em tese, importem descumprimento contratual possam ser reputados como falta grave a configurar justa causa praticada pelo empregador”, ressaltou.

Embora assinalando que a empresa tenha de fato descumprido diversas obrigações contratuais, a ministra não verificou nisso gravidade capaz de justificar a rescisão indireta do contrato de trabalho. “As irregularidades verificadas não impediram a continuidade do vínculo nem tornaram insuportável a prestação dos serviços pelo empregado”, concluiu. A decisão foi unânime.

(Informações: Secretaria de Comunicação TST)



Sindesp-SC e Seac-SC apresentam Convenções Coletivas

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina (Sindesp-SC) e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados do Estado de Santa Catarina (Seac-SC) promoveram, no dia 13 de março, evento de apresentação das Convenções Coletivas de Trabalho 2018/2019 dos segmentos representados pelos sindicatos. O encontro aconteceu no Hotel Baía Norte, em Florianópolis, e contou com a massiva presença de empresários, profissionais de RH, da área comercial, da jurídica e gestores, ultrapassando a marca de 100 participantes. O evento foi aberto pelo presidente do Sindesp-SC, Dilmo Wanderley Berger, que agradeceu a grande adesão de público à apresentação. “É uma honra para os sindicatos contar com a participação deste seleto grupo nesta tarde. As convenções coletivas são a primeira etapa do novo momento trabalhista em que vivemos. É nossa função agora consolidar a Reforma Trabalhista, conciliando os sindicatos laborais e patronais em prol dos interesses comuns.”

Entre os convidados, destaca-se o superintendente regional do Trabalho em Santa Catarina, Clay Capistrano de Lima, que acompanhou o evento e falou sobre a importância da iniciativa, “momentos como esse são fundamentais para construir o novo Brasil, com legislações mais flexíveis e que atendam aos anseios de todas as categorias”.

Comandaram a apresentação das Convenções Coletivas o presidente da Associação Nacional dos Advogados das Empresas Prestadoras de Serviço (ANAEPS), Aluísio Guedes Pinto, e a assessora jurídica dos sindicatos, Renata Oliveira. Os profissionais detalharam ponto a ponto as convenções de todos os segmentos representados, destacando as principais alterações, novidades e trechos mantidos semelhantes a acordos passados. A apresentação contou com grande interação do público

e debates sobre diversos temas importantes no dia a dia das empresas. “O saldo deste evento é positivo. No ano passado promovemos palestras sobre Reforma Trabalhista e Lei da Terceirização, neste ano já iniciamos levando aos associados a possibilidade de conhecer mais detalhes sobre as CCTs aprovadas. Essa interação entre sindicato e seu público é fundamental para a união da classe e o crescimento das empresas no estado”, finaliza o presidente do Seac-SC, Avelino Lombardi.

Nova diretoria do Sindesp-MG toma posse



Tomou posse no último dia 12 de março a nova diretoria do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais (Sindesp-MG). Diretores e conselheiros se comprometeram a trabalhar com muita dedicação e comprometimento pelo setor.

O presidente da entidade, Edson Pinto Neto, enfatizou que os quatro anos de mandato deverão ser regidos por um trabalho focado na melhoria do segmento. “Nesta casa, o nosso segmento está em primeiro lugar. Estaremos juntos ouvindo empresas associadas e não associadas, discutindo assuntos de interesse do setor. Como em todas as gestões anteriores, é necessário um trabalho em conjunto para a melhoria do nosso segmento.”

Após a assinatura do termo de posse, houve a primeira reunião de trabalho, oportunidade em que os diretores das diferentes áreas fizeram observações preliminares sobre as respectivas pastas. Em comum, ficou a certeza da importância de ações que assegurem a ética e o respeito com os diferentes públicos que interagem com o Sindesp-MG.

Sindesp-MG apoia corrida da Polícia Federal no combate à corrupção

O Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais (Sindesp-MG)

apoiou a II Corrida da Polícia Federal contra a corrupção. Promovida pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), que se encontra em plena campanha contra a corrupção e em defesa da PF, o evento aconteceu no dia 25 de março, na Pampulha, em Belo Horizonte (MG), com a presença de mais de 4.000 participantes.



Os corredores se dividiram nas modalidades caminhada de 2km e corridas de 5, 10 e 14km. Participaram da corrida o diretor do Sindicato, Everton Silva, e a secretária-executiva, Simone Malvaccini.

O Sindesp-MG apoia todo e qualquer movimento que visam combater a corrupção no Brasil. Ao apoiar essa iniciativa da Polícia Federal, o Sindesp-MG contribui também para a promoção da saúde e do bem-estar dos participantes.

Nova diretoria do Sindesp-TO é empossada

Tomaram posse no dia 15 de março as novas diretorias do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, de Transporte de Valores, de Cursos de Formação e de Segurança Eletrônica do Estado do Tocantins (Sindesp-TO) e do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão de Obra do Estado do Tocantins (Seac-TO).

Os dois sindicatos terão à frente o empresário Joseph Ribamar Madeira. Durante discurso, Joseph Madeira falou sobre a alegria em assumir a direção dos dois sindicatos e sobre a consciência dos desafios que estão por vir. “Nós, como empresários, convivemos diariamente com a incerteza e a inse-



gurança tanto na economia como na política, por isso, temos que estar unidos e, sem dúvida, essa será uma das marcas da minha gestão: a união das classes”, afirmou.

Presente à solenidade, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Furlan, desejou força para os novos desafios: “O País está mudando e este ano nós temos o estatuto da segurança que será aprovado e mudará a história da segurança privada. O Joseph, com certeza, fará parte dessa história”.

Casa própria para vigilantes, combate à clandestinidade e BI estão na pauta do Sindesp-PR

Os vigilantes contratados pelas empresas de Curitiba e região que são associadas ao Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Paraná (Sindesp-PR) terão a oportunidade de comprar sua casa própria com prestações mensais de até R\$ 300,00. Essa é uma das novidades que o empresário Alfredo Vieira Ibiapina Neto, novo presidente do sindicato, quer implementar em sua gestão, que começou no último dia 2 de fevereiro e só termina em 1º de fevereiro de 2022.

O financiamento direto da casa própria para os vigilantes, com unidades padrão de 70 metros quadrados, será viabilizado por meio de uma parceria do Sindesp-PR com o Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região e uma construtora da cidade. Os termos do acordo já estão em fase final de negociação e o convênio deverá ser assinado nas próximas semanas.

Além disso, Ibiapina tem como meta implementar uma área de Business Intelligence (BI) no Sindesp-PR, com o objetivo de converter dados brutos de segurança em insights de negócios para as empresas do setor. “Vamos iniciar esse projeto com uma área de Estatísticas, que possa compilar e organizar os dados do setor, como número de ocorrên-

cias por tipo, segmento e região geográfica, entre outros recortes. Quando nosso banco de dados estiver bem alimentado, iniciaremos os estudos de BI”, adianta o presidente.

Por fim, Ibiapina vai retomar com toda força a campanha de combate à clandestinidade no Paraná. A primeira ação nesse sentido será a celebração de um acordo com a Fenavist, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência e a Polícia Federal para identificar todas as empresas clandestinas que oferecem qualquer tipo de segurança patrimonial no Paraná e que não possuem autorização da PF para operar. “Seremos rigorosos na identificação dessas empresas. Todas serão denunciadas para a PF e o Ministério Público e terão seus nomes expostos para a opinião pública saber que estão exercendo ilegalmente as atividades de segurança. Retomar essa campanha de esclarecimento é algo necessário e urgente para o nosso setor”, enfatiza.

SESVESP E SRTB/SP buscam solução para impasse

O auditório da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de São Paulo foi palco de um importante debate sobre a contratação de pessoas com deficiência na área de segurança privada. Dezenas de pessoas lotaram as dependências do local no dia 16 de março, quando houve o seminário “A Segurança Privada e a Inclusão da Pessoa com Deficiência”.

A organização do evento resultou de uma ação conjunta do Ministério do Trabalho, da Câmara Técnica e da Coordenação do Projeto de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho, além do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP).

O evento deu foco à polêmica sobre os requisitos da Lei nº 7.102/83, que versa sobre as contrata-

ções para a atividade da vigilância e sua regulamentação, que não foram observadas pela Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre as cotas de Pessoa com Deficiência nas empresas. O superintendente da SRTb/SP, Eduardo Anastasi, apontou a importância da discussão. “Esperamos poder atender da melhor forma às pessoas com deficiência. Não adianta ter uma lei que não consiga atender adequadamente às pessoas”, disse.

O presidente do SESVESP, João Eliezer Palhuca, ressaltou a solução que a entidade encontrou para atender às pessoas com deficiência que não conseguiram colocação nas escolas de formação de vigilantes. O sindicato, em parceria com as empresas, promove cursos de profissionalização em outras áreas, além de patrocinar a prática de esportes paralímpicos. Esse procedimento se deu por meio de um Termo de Compromisso firmado com a Coordenação do Projeto de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de São Paulo.

“Esse Pacto (Termo de Compromisso) é uma das melhores coisas que fizemos. Por meio dele, há oito anos o SESVESP investe na qualificação de entidades que atendem a pessoas com deficiência”, assinalou Palhuca.



SEMEESP

Endereço: R. Bernardino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 2537-8301
E-mail: adm@semeesp.com.br
Presidente: Autair Luga

SESVESP

Endereço: R. Bernardino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 3858-7360
E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
Presidente: João Eliezer Palhuca

SINDESP/AC

Endereço: Avenida Nações Unidas nº 175 sala 03 2º piso - Bosque - Rio Branco-AC, CEP: 69900-721
Telefone: (68) 3224-9179
E-mail: sindespac@hotmail.com
Presidente: Leslie Castelo de Vasconcelos

SINDESP/AL

Endereço: R. Dr. Luis Pontes de Miranda Nº 36 Ed. Delmiro, SI 305 - Centro - Pça. Palmares Maceió-AL, CEP: 57020-140
Telefone: (82) 3326-1325
E-mail: sindesp-albr@ig.com.br
Presidente: Marcus Vinícius Castro do Nascimento

SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, sala 717 Adrianópolis - Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060
Telefone: (92) 3613-1213
E-mail: sindespam@sindespam.com.br
Presidente: José Pacheco Ferreira

SINDESP-AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615, nº 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP
Telefone: (96) 2101-3308
E-mail: sindesp-ap@hotmail.com
Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

SINDESP/BA

Endereço: Av. Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B" Centro Emp. Iguatemi - SI 421/422 Pituba - Salvador-BA, CEP: 41820-020
Telefone: (71) 3450-0411/0563
E-mail: sindespba@terra.com.br
Presidente: Paulo Cruz Azevedo

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020 SI 303/304 - Aldeota - Fortaleza-CE, CEP: 60160-150
Telefone: (85) 3244-5599
E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br
Presidente: Urubatan Estevam Romero

SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300
Telefone: (61) 3233-9922/8338
E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br
Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitória-ES, CEP: 29050-657
Telefone: (27) 3325-5025
E-mail: sindespadm@terra.com.br
Presidente: Edimar Barbosa

SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros nº 128 Qd. 248 Lts 12/14/15 Pq Amazônia - Goiânia-GO, CEP: 74835-210
Telefone: (62) 3218-5946/5174
E-mail: sindespgoias@uol.com.br
Presidente: Leonardo Ottoni Vieira

SINDESP/MA

Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 1555 - Sala 708 - 7º Andar - Ed. João Pessoa - São Luís-MA
CEP: 65020-251
Telefone: (98) 3221-4557
E-mail: sindespmab@bol.com.br
Presidente: Domingos Alcântara Gomes

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabáglia, 1492 Sl. 1001/1004-10º Andar - Bairro Gutierrez - Belo Horizonte-MG, CEP: 30441-194
Telefone: (31) 3327-5300
E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br
Presidente: Edson Pinto Neto

SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes 233 Ed Master Center SI 2/3 - Centro Sul - Cuiabá -MT, CEP: 78020-200
Telefone: (65) 3027-6607/3607
E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Endereço: Rua dos Mundurucus 3.100, sala 2303, Ed Metropolitan Tower - Guamá - Belém-PA, CEP: 66073-000
Telefone: (91) 3246-3436
E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
Presidente: Oziel Mattos Carneiro

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed Síntese - Centro João Pessoa-PB, CEP: 58013-000
Telefone: (83) 3241-6466/6489
E-mail: sindesp-pb@hotmail.com
Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764 Sala 103 Ed Emp. Ant. Albuquerque Galvão Bairro: Espinheiro - Recife-PE, CEP: 52020-000
Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br
Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Endereço: Av. Barão de Castelo Branco nº 3319 B. Monte Castelo Teresina-PI, CEP: 64016-850
Telefone: (86) 2106-0924/0900
Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, nº 1416 - Parolin - Curitiba-PR, CEP: 80220-290
Telefone: (41) 3233-6880
E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br
Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240
Telefone: (21) 2293-4354
E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br
Presidente: Frederico Carlos Crim Camara

SINDESP/RN

Endereço: Av. Odilon Gomes de Lima 1727 Sala 06 Prédio Comercial Cond. N. Sra. Da Paz Capim Macio - Natal-RN
CEP: 59078-400
Telefone: (84) 3217-0476
E-mail: sindesprn@hotmail.com
Presidente: Edmilson Pereira de Assis

SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista - Porto Velho-RO
CEP: 76828-870
Telefone: (69) 3229-0315
E-mail: sindespro_sindesp@hotmail.com
Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre-RS
CEP: 90150-004
Telefone: (51) 3233-7172/9744
E-mail: sindesprs@sindespr.com.br
Presidente: Silvio Renato Medeiros Pires

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro 226 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-SC, CEP: 88010-020
Telefone: (48) 3223-1678/1393
E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br
Presidente: Dilmio Wanderley Berger

SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos 347 - Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133
Telefone: (79) 3231-5971
E-mail: sindesp-se@infonet.com.br
Presidente: Sandro Ataíde Moura

SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02 (antiga ARSE 21) Palmas-TO, CEP: 77020-476
Telefone: (63) 3213-2288/3214-6593
E-mail: sindespto@uol.com.br
Presidente: Joseph Ribamar Madeira

SINDESV-MS

Endereço: Rua Japão 815, Jóquei Club, Campo Grande-MS, CEP: 79.080-450
Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307
E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br
Presidente: Amílto José do Pilar

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 - Centro Farroupilha-RS, CEP: 95180-000
Telefone: (54) 3268-6555
E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
Presidente: Gilberto Perera

SINDESP/RR

Endereço: Av. Benjamin Constant, nº 1171 sala 08B - Centro Boa Vista-RR, CEP: 69301-020
Telefone: (95) 3198-2203
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca



**PAULO ROBERTO
CRUZ AZEVEDO**
Renovação com
competência

Há pouco mais de uma década no segmento de segurança privada, Paulo Roberto Cruz Azevedo se tornou um dos empresários de um dos segmentos mais respeitados do estado da Bahia. O administrador de empresas trouxe para a atividade a experiência adquirida nas Forças Armadas, onde era responsável pela contratação do serviço.

O trabalho sério desenvolvido à frente da Única Segurança Patrimonial chamou a atenção. Paulo Roberto passou a atuar também na área sindical, após exercer as funções de diretor jurídico, tesoureiro e vice-presidente, e acaba de assumir a presidência do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Bahia (Sindesp-BA). “Faremos uma gestão profissional e participativa. Almejo um Sindicato forte e coeso”, afirma.

O empresário ainda destaca a importância das entidades de classe. “As entidades patronais têm papel importante, atuando diretamente junto ao poder Legislativo, em que é gerado um grande número de projetos de leis que prejudicam diretamente as atividades empresariais. Precisamos estar presentes em busca de alternativas, assim como defendendo nossos projetos e o direito coletivo”, argumenta.

Paulo Roberto reconhece que o segmento passa por um momento difícil por conta da economia, que, ao lado da clandestinidade e da substituição, de forma equivocada, de vigilantes por porteiros, tem reduzido os postos de trabalho. No entanto, se mostra esperançoso. “A nova legislação trabalhista, a aprovação do Estatuto da Segurança Privada e a retomada da economia sinalizam que dias melhores virão, é o que buscamos incessantemente”, explica.



VALDIVINO REIS MELO
Referência em
administração

Há ininterruptos 28 anos no segmento da segurança privada, Valdivino Reis de Melo, formado em Gestão Executiva de Serviços e pós-graduado em Gestão Empresarial, é considerado um dos executivos mais experientes do setor. Responsável por administrar os Sindicatos das Empresas de Segurança Privada, de Transporte de Valores e de Cursos de Formação do Estado de Goiás (Sindesp-GO) e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás (Seac-GO) é referência para os profissionais de outros estados.

Desde 1990, atua na área sindical. Tudo começou de forma inesperada, quando recebeu um convite de uma empresa prestadora de serviços terceirizáveis para trabalhar na área de recursos humanos. Durante a entrevista de emprego, veio a mudança de rumos. “Entenderam que eu seria muito bem aproveitado pelos sindicatos que representavam as categorias, à época Seac e Sevitego (atual Sindesp) por causa dos meus conhecimentos em gestão de negócios empresariais”, conta.

Para ele, os executivos que atuam à frente das entidades de classe devem ter habilidade para detectar oportunidades, perdas e desafios, o que permite a tomada de decisões que fortalecem o segmento. Experiente como poucos, ele sabe da importância da retomada da economia para o setor. “A expectativa é que a economia brasileira retome o crescimento, que os índices de emprego sejam mais positivos e, conseqüentemente, que haja o retorno no investimento na segurança privada, tão necessária para a sociedade”, conclui.

Valdivino lembra ainda que trabalhar com segurança privada requer treinamento, responsabilidade, atenção e cumprimento à legislação. “O intuito é ser uma atividade capaz de contribuir com a sociedade, oferecendo serviços de boa qualidade e confiança para empresas e unidades residenciais”, finaliza.



ABRIL

4 a 7/abril

GEASSEG - Cuiabá-MT

17/abril

9h às 18h - Reunião dos Jurídicos, FENAVIST e FEBRAC - Local: Brasília-DF CNC

24/abril

9h30 - Assembleia Geral do Conselho de Representantes - Eleições 2018/2022 - Local: Brasília-DF Fenavist

MAIO

16 a 20/maio

ENEAC 2018/Reunião de Diretoria Executiva e AGE da Fenavist - Local: Hotel Mabu Thermas Grand Resort - Foz do Iguaçu

22 a 24/maio

período da tarde - EXPOSEC 2018 - Local: São Paulo-SP

JUNHO

13/junho

9h30 - Reunião de Diretoria Executiva e Assembleia Geral Ordinária - Local: Brasília-DF, Fenavist

26/junho

8h às 18h - Encontro de Comunicação e Marketing Fenavist/Febrac - Local: Brasília-DF

JULHO

Não haverá reunião da Fenavist

22/junho

FIM DO MANDATO DA GESTÃO 2014-2018 - Local: Brasília-DF, Fenavist

AGOSTO

16 a 19/agosto

ENESP Região Centro-Oeste - Reunião de Diretoria Executiva e Assembleia Geral Extraordinária

SETEMBRO

11/setembro

9h às 18h - Reunião dos Jurídicos FENAVIST e FEBRAC - Local: Brasília-DF, CNC

18/setembro

9h30 - Reunião do Conselho Gestor - Local: Brasília-DF, Fenavist

OUTUBRO

09/outubro

9h30 - Reunião de Diretoria Executiva - Local: Brasília-DF, Fenavist

12 a 20/outubro

Provável data Missão Africa do Sul - Africa do Sul

NOVEMBRO

27/novembro

período da manhã e noite - Reunião de Diretoria Executiva e Assembleia Geral Ordinária - Festa de Encerramento do Ano - Local: Brasília-DF, Fenavist

DEZEMBRO

Não haverá reunião da Fenavist



Projeto

Fenavist
Negócios

APOIA

www.beneficiosocial.com.br

Benefício Social Familiar



#segurancaunidaesegurancaforte

Venha fazer
parte desse
grande projeto.

Juntos, somos
mais fortes!

VALE ALIMENTAÇÃO



SEGURO DE VIDA

+ Responsabilidade Civil e Seguro Garantia



CRÉDITO CONSIGNADO



PLANO ODONTOLÓGICO



CONSULTORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA



Para saber mais,
entre em contato

fenegocio.assessoria@fenavist.org.br

61 3327-5440

www.fenavist.org.br/negocios

sodexo
SERVIÇOS DE QUALIDADE DE VIDA

Prodent
ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

JP BALABAN
& ADVOGADOS

BIORC
Especializada em Planos

Fianzas
Especializada em Seguros